

Universidade Do Extremo Sul Catarinense  
Programa De Pós-Graduação Em Ciência Ambientais

Bruno da Silva da Silveira

O FAZER-CIDADE EM IÇARA-SC: ETNOGRAFIA URBANA NO BAIRRO  
CENTRO

CRICIÚMA, SC

2023

Bruno da Silva da Silveira

O FAZER-CIDADE EM IÇARA-SC: ETNOGRAFIA URBANA NO BAIRRO  
CENTRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ecologia e restauração de ambientes alterados

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Viviane Kraieski de Assunção

CRICIÚMA, SC

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S587f Silveira, Bruno da Silva da.

O fazer-cidade em Içara-SC : etnografia urbana no Bairro Centro / Bruno da Silva da Silveira. - 2023.

100 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2023.

Orientação: Viviane Kraieski de Assunção.

1. Urbanização - Içara (SC). 2. Etnografia - Içara (SC). 3. Espaços públicos - Içara (SC). 4. Direito à cidade. I. Título.

CDD 23. ed. 711.4098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC



## PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pelo candidato BRUNO DA SILVA DA SILVEIRA, sob o título: “O FAZER-CIDADE EM IÇARA-SC: ETNOGRAFIA URBANA NO BAIRRO CENTRO”, para obtenção do grau de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, os membros são de parecer pela “APROVAÇÃO” da Dissertação.

Criciúma/SC, 10 de março de 2023.

**Profa. Dra. Denise Morado Nascimento**  
Primeiro Examinador

**Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves**  
Segundo Examinador

**Profa. Dra. Viviane Kraieski de Assunção**  
Presidente da Comissão e Orientador

Para meus pais, que  
me possibilitaram  
sonhar.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Denilde, que tanto me apoiaram e deram suporte nesse trajeto tão desafiador.

Aos meus amigos, aqueles mais próximos e aos mais distantes, que me lembravam constantemente que a vida é mais do que trabalho. Em especial a Daniela, que acreditava em mim quando eu não conseguia fazê-lo.

À professora Teresinha, minha “mãe de pesquisa”, que me acolheu a 8 anos atrás em seu laboratório e possibilitou com que eu sonhasse com mais do que uma mesa de escritório.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, Cultura e Sociedade (GPMCAS), Andreia, Tainá e Abner, pelas trocas de conhecimento e momentos de crescimento. Agradeço especialmente a Profa. Dra. Viviane Kraieski de Assunção, por me mostrar modos outros de pesquisar.

Ademais aos membros da banca de defesa, Profa. Dra. Denise Morado Nascimento (UFMG) e Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves (UNESC) que proporcionaram um outro olhar para este trabalho.

Ressalto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Essa dissertação é resultado de uma etnografia urbana realizada no Centro de Içara, município localizado no litoral sul do estado de Santa Catarina e que faz parte da Associação de Municípios da Região Carbonífera – AMREC. O problema de pesquisa é descobrir quais os atores sociais que produzem o espaço no centro urbano da cidade. Para isso tem como objetivo geral compreender a construção do espaço urbano no Centro de Içara-SC. Definem-se então como objetivos específicos: caracterizar o município de Içara enquanto uma cidade em transformação; identificar no cotidiano do centro da cidade os atores sociais invisibilizados pelo poder hegemônico; e analisar as práticas do fazer-cidade dos sujeitos que vivem nesse espaço. A delimitação desses objetivos conduziu a construção de três capítulos com temas específicos: a historicidade da cidade de Içara; o cotidiano; e o fazer-cidade. Além da busca bibliográfica foram realizadas incursões pelo centro da cidade em diferentes horários do dia para observar o cotidiano desse espaço. Isso levou a produção de um diário de campo, composto por relatos detalhados e fotografias que passaram a fazer parte do texto. Conclui-se que apesar da urbanização estar sendo coordenada pelos poderes hegemônicos, sendo eles a agricultura, a igreja o comércio e a indústria, os diferentes grupos sociais que transitam em seu cotidiano também fazem a cidade de Içara.

Palavras-chave: urbanização; estratégia e tática; cotidiano.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of an urban ethnography carried out in the Center of Içara, a municipality located on the southern coast of the state of Santa Catarina and part of the Association of Municipalities of the Carboniferous Region - AMREC. The research problem is to discover which social actors produce space in the urban center of Içara city. For this, the general objective is to understand the construction of urban space in the Center of Içara-SC. It is then defined as specific objectives: to characterize the municipality of Içara as a city in transformation; identify in the daily life of the city center the social actors made invisible by the hegemonic power; and analyze the city-making practices of the subjects who live in this space. The delimitation of these objectives led to the construction of three chapters with specific themes: the historicity of the city of Içara; the everyday; and city-making. In addition to the bibliographic search, incursions were made through the city center at different times of the day to observe the daily life of this space. This led to the production of a field diary, consisting of detailed reports and photographs that became part of the text. It is concluded that although urbanization is being coordinated by the hegemonic powers, such as agriculture, the church, commerce and industry, the different social groups that transit in their daily lives also make the city of Içara.

Keywords: urbanization; strategy and tactics; everyday life.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização de Içara-SC.....	11
Imagem 2 - Manchetes de jornais.....	12
Imagem 3 - Processo caminhatório.....	25
Imagem 4 – Vista Parcial da Atual R. Marcos Rovaris – 1940 .....	33
Imagem 5 – Translação da Imagem de São Donato – 1970.....	37
Imagem 6 – Missa Campal da Festa de São Donato – 1945.....	41
Imagem 7 – Vista Parcial do Centro de Içara – 1968.....	43
Imagem 8 – Vista Parcial do Centro de Içara – 1972.....	44
Imagem 9 - Representação dos favos de mel na praça.....	50
Imagem 10 - Processo caminhatório (13 de junho) .....	54
Imagem 11 - Praça de Alimentação .....	59
Imagem 12 - Palco .....	60
Imagem 13 - Processo caminhatório (4 de agosto) .....	61
Imagem 14 - Dança.....	64
Imagem 15 - Cruzamento.....	66
Imagem 16 - Grafite Viaduto Giassi Parede Oeste.....	76
Imagem 17 - Grafite Viaduto Giassi Parede Leste.....	77
Imagem 18 - Pichação no Muro da Escola Slate Scotti dos Santos .....	78
Imagem 19 - Tags no Módulo Esportivo.....	79
Imagem 20 - Suástica cortada.....	80
Imagem 21 - "Uma merda".....	80
Imagem 22 - Espaço destinado a atividade infantil.....	82
Imagem 23 - Vista parcial da quadra de basquete e da pista de skate.....	82
Imagem 24 - Antiga quadra de basquete .....	83
Imagem 25 - Obstáculos improvisados.....	83

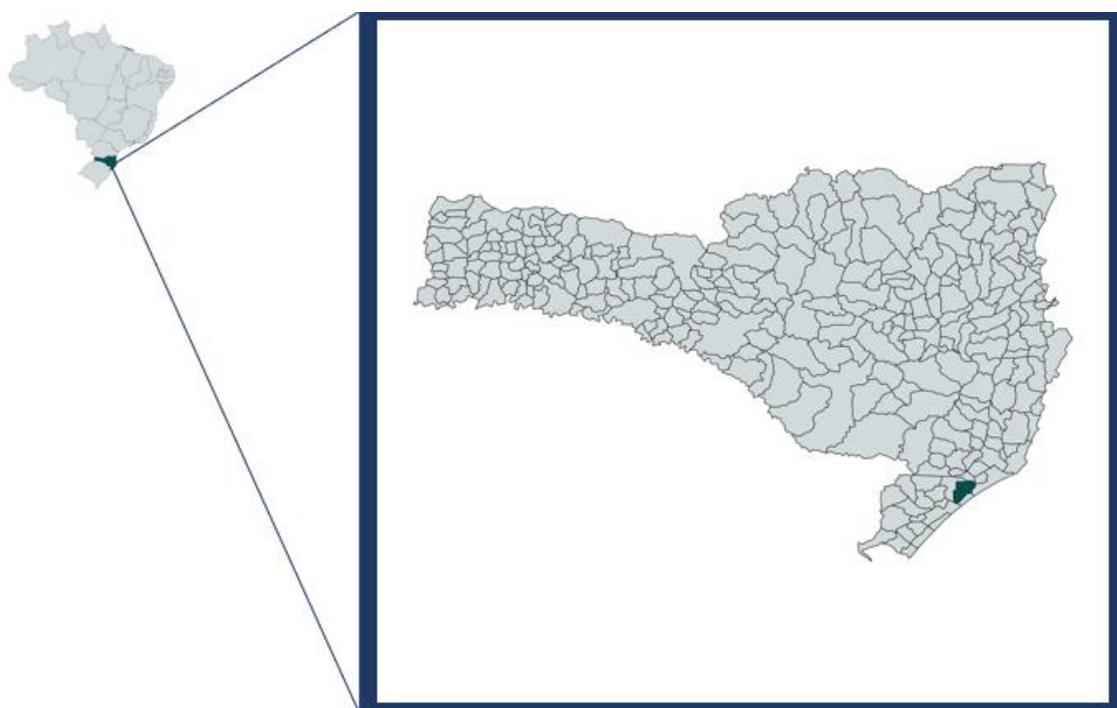
## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1.1 Percurso Metodológico</b>	20
<b>2 UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO</b>	27
<b>3 COTIDIANO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO</b>	53
<b>3.1 Encontro, passagem e cotidiano</b>	65
<b>4 DO DIREITO À CIDADE AO FAZER CIDADE</b>	71
<b>4.1 Fazendo a cidade entre os muros e as praças</b>	75
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	87
<b>REFERÊNCIAS</b>	90

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Içara está localizado no litoral sul de Santa Catarina (imagem 1), enquadrado na Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), a qual é composta também pelos municípios de Balneário Rincão, Criciúma, Morro da Fumaça, Orleans, Treviso, Cocal do Sul, Forquilha, Lauro Muller, Nova Veneza, Siderópolis e Urussanga (FERNANDES, 2020; AMREC, 2017).

Imagem 1 - Localização de Içara-SC



Fonte: IBGE, 2023.

No contexto da região Carbonífera, a urbanização esteve atrelada, a mineração de carvão que se deu ao longo dos anos 30 a 70. Além da extração do carvão, a agricultura é outro setor que, durante muito tempo, movimentou a economia e o desenvolvimento de municípios da região. Içara, *locus* do presente estudo, se enquadrava nesse segundo modelo. Hoje, com o fortalecimento do setor industrial, a cidade passa por um momento em que seu desenvolvimento econômico passa a ser muito influenciado por esse novo setor.

## Imagem 2 - Manchetes de jornais

The image shows two newspaper headlines. The top one is from '4oito' and reads: 'Aos 57 anos, Içara se destaca em vários setores da economia' with a sub-headline 'Município é promissor no crescimento do empreendedorismo local'. The bottom one is from 'Gazeta' and reads: 'Içara vive um novo momento econômico'.

Fonte: LEMOS, 2020; LIMAS, 2021; REDAÇÃO, 2018.

Fala-se então de uma transição no modelo econômico do município, principalmente nas últimas duas décadas, fato estampado na manchete de jornais da região (imagem 2) e na própria história do município exposta no site da câmara de vereadores (FERNANDES, 2021; IÇARA, 2019; LEMOS, 2020; LIMAS, 2021; REDAÇÃO, 2018).

Para melhor entender esse processo de mudança é preciso caracterizar o município de Içara. Assim se faz necessário, como diz Bonifácio Espindola Neto (2019), observar as histórias e “estórias” da cidade, referindo-se aos fatos históricos com seus dados e marcos, mas também aos aspectos culturais e regionais que permearam e permeiam os conflitos da região.

A urbanização das cidades é apresentada como um fenômeno complexo, que engloba uma série de outros fenômenos, acontecimentos, dilemas e seus respectivos atores sociais. Pensar o contexto urbano no Brasil implica se deparar com a segregação urbana, a precarização do trabalho, a pobreza, a fome e a uma série de outras mazelas que acompanharam a urbanização que se deu em grande parte das cidades no território nacional (CARLOS, 2017; MARICATO, 2003).

Nesse sentido, para abordar a urbanização de Içara, optei por fazer uma revisão crítica sobre a própria história do município, levando em consideração não apenas o crescimento físico e material da cidade (edifícios, bairros, ruas, instrumentos urbanos etc.), mas também os aspectos cultural e social, identificando assim os atores hegemônicos, aqueles que pautaram o crescimento, fazendo com que esse crescimento se dê ao entorno deles. Junto disso busquei dar foco e espaço para os atores sociais que muitas vezes são excluídos do debate sobre o desenvolvimento da cidade. Para abordar teoricamente este fenômeno buscou-se discutir conceitos como o direito a cidade, o fazer cidade e o cotidiano.

O termo “direito à cidade” tem seu nascimento marcado com a obra do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991). O autor faz uma análise da influência do sistema econômico capitalista no espaço urbano, fazendo uma distinção entre a “cidade tradicional”, aquela que precede a revolução industrial, e a “cidade industrial” que faz da cidade um produto. Nesse contexto, o autor aponta que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p.117-118).

É caminhando nesse sentido que Harvey (2014) aponta o direito à cidade como mais do que um direito de acesso aos recursos da cidade; reivindicar o direito à cidade, para o autor, é equivalente à participação coletiva de ter poder influenciador no processo de urbanização das cidades (HARVEY, 2014). Desse modo, o processo de formação das cidades não ficaria apenas na mão dos engenheiros, arquitetos e do capital, mas da sociedade como um todo. Segundo o autor, a dificuldade em se reivindicar esse direito se está no fato de ser um “significante vazio”; nesse sentido, ele depende de quem confere o significado a ele.

Tavolari (2016), ao tentar estabelecer uma trajetória conceitual para o termo, aponta que essa característica ressaltada por Harvey (2014) é resultado da generalização do conceito nos círculos acadêmicos e na mídia, principalmente após as manifestações de 2013<sup>1</sup>. Reitera que a cristalização do

---

<sup>1</sup> A autora se refere às Jornadas de Junho, uma série de protestos em mais de quinhentas cidades no país, levando milhões de pessoas às ruas.

termo em um direito ou conceito específico é apenas uma disputa do que o direito à cidade deve ser, levando a obscurecer o caráter interpretativo do texto.

Seria justo por essa multiplicidade de sentidos que o direito à cidade consegue unir uma diversidade de atores sociais, e isso mostra que a reivindicação do direito à cidade não se dá apenas através do estabelecimento de leis, pois o “direito” não seria necessariamente um direito estatal, e isso leva a discussões sobre a própria noção de cidadania e de um novo olhar para o direito (TAVOLARI, 2016).

Em oposição ao que diz Tavolari (2016), alguns autores já apontam o “direito à cidade” como um direito consolidado por meio dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que contempla a política urbana brasileira, mais especificamente a lei nº10.257/2001, o Estatuto da Cidade (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

Bassul (2010) aponta a Constituição de 1988 como a primeira a tratar sobre o urbanismo no país, isso quando mais de 80% da população já estava situada em núcleos urbanos, sendo parte dessas regiões metropolitanas. Reitera que a gestão tecnocrática alimentou a apropriação privada, que seguia normas e padrões do capital imobiliário, e a segregação de muitas pessoas que ficaram excluídas dos serviços urbanos essenciais.

O Projeto de Lei que viria a se tornar o Estatuto da Cidade em 2001 foi apresentado em 1989 pelo senador Pompeu de Sousa e até a data de sua promulgação deixou clara a disputa de duas posições, de um lado as entidades e movimentos que apoiavam o Estatuto da Cidade e do outro os representantes do capital imobiliário que defendiam a propriedade privada (BASSUL, 2010).

Pinheiro (2012) aponta a partir do estatuto que a relevância do plano diretor se dá por esse instrumento expor a formulação e gestão da política urbana do município, sendo então um instrumento básico para o desenvolvimento, que por meio de um diagnóstico da cidade traça objetivos e estratégias para a transformação da realidade. Assim, no contexto do Estatuto da Cidade, o plano é visto não apenas como um instrumento direcionado ao planejamento físico territorial, mas também ligado ao ordenamento das relações sociais que se dão sobre o espaço do município (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Considerando a multiplicidade de atores e sentidos envolvendo o direito à cidade, o estabelecimento de leis, por si só, garante o direito à cidade? Sobre isso, valem aqui as considerações de Flores (2008, p. 53) quando evidencia a não neutralidade do direito, que pode ser usado como técnica de domínio social particular, neutralizando conflitos desde a perspectiva da ordem dominante e “determina a priori quem está legitimado para produzi-la e quais são os parâmetros desde onde julgá-la.”.

Battaus e Oliveira (2016) afirmam que, por mais subsídios que o Estatuto da Cidade tenha dado às administrações municipais através dos instrumentos urbanísticos, pouco se vê a respeito do cumprimento desses instrumentos. O autor conclui que mesmo com o respaldo legal, o “direito à cidade” não tem sido assegurado.

Na mesma ótica, Agier (2015) problematiza o assunto ao questionar a efetividade do direito à cidade, tendo em vista que tudo depende de quem lhe conferirá sentido. Partindo da etnografia das margens e da antropologia da cidade, o autor argumenta que a cidade é feita essencialmente de movimento e transformação urbana no tempo e no espaço. Tal ideia considera a cidade múltipla e a diversidade de vozes e atores que fazem a cidade, uma vez que, esta cidade não é menos real que aquela pensada pelos urbanistas e administradores.

É a partir dessa perspectiva que este trabalho direciona seu olhar sobre o município de Içara, buscando mostrar que o município de Içara/SC é construído não só pelos poderes hegemônicos, mas também pelas estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) de sujeitos que vivem o cotidiano no centro dessa cidade.

Dissertar sobre o cotidiano para Lefebvre (1991) implica também em discorrer sobre a cotidianidade. Segundo o autor, “não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura ... etc.[...]” (LEFEBVRE, 1991, p.35).

A cotidianidade trata de um posicionamento filosófico para pensar o não-filosófico, nesse sentido, não é o cotidiano, mas o esforço filosófico para entendê-lo, pois é a sociedade que gera a cotidianidade (LEFEBVRE, 1991). Que fique claro então que a sociedade a qual o autor retrata é a francesa do

Século XIX, e é nesse contexto em que afirma que a cotidianidade só existe como condição da modernidade:

[...] A atitude que valoriza as opressões contém de fato uma ideologia disfarçada de racionalidade e de ciência. Estamos dispostos a refutar essa ideologia. E mostraremos, ao fim desta apresentação, não dois absolutos, ou duas entidades, mas dois conjuntos de fatos ligados e correlativos: a cotidianidade e a modernidade. Esta é uma auréola daquela e a encobre, ilumina e esconde. São as duas faces do espírito do tempo. [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

Sociedade, ideologia e cultura passam a ser essenciais para entendermos a vida cotidiana e a crítica que o autor faz, principalmente quanto a cotidianidade e à modernidade. Lefebvre (1991) parte da análise marxista para expor sua ideia de sociedade, tendo ela uma base econômica (produção de objetos e divisão do trabalho) que determina as estruturas (relações sociais estruturadas e estruturantes) e relações de propriedade, e por fim, as superestruturas englobando elaborações jurídicas, instituições e ideologias. Partindo desta análise material da sociedade, aponta que a relação entre esses três níveis se dá como reflexo da base econômica, e isso tornaria esse sistema reducionista e inaplicável. Defende assim a inserção da ideologia no esquema marxista a fim de enriquecê-lo.

Entende então a ideologia como uma “mistura de conhecimentos, de interpretações (religiosas, filosóficas) do mundo e do saber, enfim, essa mistura de ilusões pode chamar-se ‘cultura’.” (LEFEBVRE, 1991, p.38). Fica claro que, para o autor, ideologia e cultura tem significados parecidos, mas a última acrescenta que também é uma práxis: “É um modo de repartir os recursos da sociedade e, por conseguinte, de orientar a produção.” (LEFEBVRE, 1991, p.38).

A ideia de produção, por sua vez, não está pautada somente em aspectos econômicos, mas na produção da vida em si. A cultura, então, estaria ligada diretamente a um modo de vida, e os interesses de classe sozinhos não são suficientes para garantir o funcionamento da sociedade. Nesse sentido, a vida cotidiana ganha um lugar específico, sendo resíduo e produto do conjunto social, onde não há uma relação de significante e significado entre o cotidiano e a modernidade, mas uma relação recíproca na qual esses dois se significam em movimentos complexos de produção e re-produção (LEFEBVRE, 1991).

Partindo do conceito lefebvriano de cotidiano, fiz opções teóricas que, no decorrer do trabalho, me permitiram um novo olhar sobre o tema, me levando a novos conceitos que me auxiliaram a expandir a discussão sobre o dia a dia de Içara. Trato aqui dos conceitos de “estratégia” e “tática” de Certeau (1998).

Conforme o autor aponta, estratégia é “o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado (CERTEAU, 1998, p.99)”. Complementa que a estratégia é a base onde se estabelecem relações com um alvo ou ameaça exterior. Canuto e Carvalho (2017, p.8) caracterizam essa definição de Certeau como o olhar distante, racionalizador e abrangente “que percebe os movimentos no território como peças no tabuleiro”.

Já a tática é para Certeau (1998, p. 100)

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo, como diz Bullow, e no espaço por ele controlado.

Diferente da estratégia, a tática fala de um olhar “próximo e implicado corporalmente”, como apontam Canuto e Carvalho (2017, p.8). Os autores ressaltam que na contemporaneidade esses dois movimentos são complementados pelo uso das redes sociais que através das ferramentas de informação, funcionando como um satélite, produzem um olhar estrábico onde se vê o que está a sua frente, mas auxiliado pelas redes e assim “vê de dentro o dentro e de fora para dentro” (CANUTO; CARVALHO, 2017, p.9).

É a partir destes conceitos que Certeau (1998) aponta a “astúcia” do sujeito do cotidiano, que utiliza de suas táticas para ressignificar os espaços, objetos e o próprio consumo que se dá no meio urbano. O autor não nega o potencial alienante do cotidiano, como preconiza Lefebvre (1991), mas diferente desse não coloca o sujeito do cotidiano como um sujeito passivo, pelo contrário, aponta a rebeldia através das microresistências na prática cotidiana.

Gregório e Giorgiano (2022) apontam que a arte inventiva do cotidiano de Certeau (1998) se diferencia de outros modelos teóricos por não isolar os

espaços das circunstâncias concretas da cotidianidade, fala da vida cotidiana em seus aspectos sócio-espaciais atravessada pela cultura.

Ao discutir as práticas espaciais em Florianópolis, Pereira (2021) conceitua as “práticas espaciais insurgentes”, caracterizadas como práticas coletivas complexas e especializadas que transgridam códigos jurídicos para defender direitos a partir de uma perspectiva contra hegemônica. O autor aponta e discute essas práticas a fim de reconhecer os conflitos, mas sem julgar o seu caráter revolucionário, propondo uma escala de insurgência com seis graus diferentes, indo desde a apatia (práticas que não se opõem ao pensamento hegemônico) até a “insurgência em espaços inventados” (quando a insurgência acontece por meios não reconhecidos pelo Estado) a fim de estudar essas experiências.

Discutindo as práticas insurgentes a partir do planejamento urbano, Miraftab (2017) aponta o planejamento insurgente como uma medida alternativa ao planejamento inclusivo liberal, que após tantas promessas entregou apenas mais desigualdade e exclusão social. Para a autora o planejamento insurgente busca uma ruptura ontológica e epistemológica dessa forma neoliberal contemporânea, faz isso ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, aquelas insurreições e insurgências que são constantemente criminalizadas pelo Estado liberal e pelas corporações.

Nesse sentido o planejamento insurgente muda o sujeito de sua teorização, o foco não é o planejador, mas sim o planejamento. Para que isso ocorra urge a necessidade de uma abordagem relacional de planejamento, que exponha as injustiças e desigualdades a fim de promover uma compreensão transacional (MIRAFTAB, 2017).

Assim, ao pensar no município de Içara passei a levantar algumas perguntas: Quais são os atores hegemônicos de Içara? Quais são os atores sociais que foram invisibilizados na história já contada do município?

Para identificar esses atores passei a pesquisar sobre a história do município e sua constituição, utilizando um total de cinco livros (FERNANDES, 2006; FERNANDES, 2022; NETO, 2019; PAVEI, 2011; PAVEI, 2022;) e duas monografias de especialização (DAGOSTIN, 1993; SILVA, 1993). Com este estudo optei por delimitar o meu campo ao Centro de Içara, a partir da compreensão de que este seria um local privilegiado para a realização da

pesquisa devido aos diversos conflitos que tiveram essa região como palco. Assim, passei a me questionar: de que forma esses atores sociais invisibilizados participam da construção do centro da cidade?

Dentro desse contexto e a partir destas reflexões que essa dissertação foi desenvolvida, tendo como **objetivo geral** compreender a construção do espaço urbano no Centro de Içara-SC. Na busca de responder esse objetivo surge a demanda de caracterizar o município de Içara enquanto uma cidade em transformação, compondo o **primeiro objetivo específico**. Por conseguinte, identificar no cotidiano do centro da cidade os atores sociais invisibilizados pelo poder hegemônico constituiu o **segundo objetivo específico** da pesquisa. Aqui foi onde eu tive um contato mais aproximado com o centro da cidade. A partir da identificação desses atores passou-se então a analisar as práticas do fazer-cidade dos sujeitos que vivem nesse espaço, sendo esse o **terceiro e último objetivo específico**.

A dissertação está, então, estruturada em três partes alinhadas aos objetivos propostos e refletem a percepção da cidade que busco apresentar. Nesse sentido a divisão dos capítulos se dá pela caracterização da cidade de Içara como uma “cidade em transformação”. Em seguida é dado ênfase ao “cotidiano, tempo e ocupação do espaço”, e por fim há uma discussão “do direito à cidade ao fazer cidade”. Identifico, desta maneira, não apenas os elementos burocráticos e arquitetônicos que fizeram, fazem e projetam a cidade, mas também o sujeito que permeia o centro.

Assim, o primeiro capítulo é resultado de um estudo bibliográfico sobre a história da cidade em que foram utilizados livros de historiadores regionais, artigos de jornais locais e documentos informativos, como diagnósticos socioeconômicos do município e da região. A discussão tem um foco no desenvolvimento histórico do município, partindo de períodos pré-coloniais, com a atividade de povos indígenas na região, seguindo até os dias atuais. Busquei dar enfoque não apenas aos poderes hegemônicos que pautaram o desenvolvimento da região, mas também àqueles que ficaram invisibilizados nas histórias contadas até então. De forma a enriquecer a discussão foram utilizadas algumas falas de moradores que foram expostas na obra de Fernandes (2022) intitulada “As Dobras do Tempo: história e memórias de nossa terra e nossa gente”.

Dou prosseguimento ao texto com a discussão sobre o cotidiano no segundo capítulo. Inicialmente, é feita a conceituação do termo partindo da definição pela teoria histórico-dialética com Lefebvre até a visão fenomenológica de Certeau. Fala-se então de um cotidiano que é alienante, mas busca-se um outro olhar, que observa as estratégias e táticas utilizadas pelos sujeitos que vivenciam o dia a dia no centro urbano de Içara. É nesse capítulo onde os relatos do meu caminhar pela cidade ganham destaque, principalmente ao apresentar alguns conflitos e movimentos feitos pelos diversos agentes sociais que dão vida a cidade.

No terceiro capítulo, abordei o conceito do direito à cidade, partindo de Lefebvre e David Harvey, contextualizando a utilização desse termo na academia e no país, para o fazer-cidade de Agier. Além de alguns registros do diário de campo, também é feita a discussão a partir do Plano Diretor que está sendo elaborado para o município. Retoma-se então a discussão do desenvolvimento de Içara e contextualiza-se ainda mais o processo de industrialização projetado para a região.

De modo a concluir o trabalho retomo os objetivos expostos a fim de refletir sobre os relatos apresentados a partir das análises realizadas e assim pontuar que o processo de urbanização de Içara não se dá apenas pelo interesse dos poderes hegemônicos, mas também pelos movimentos e práticas de diversos atores que, mesmo excluídos e/ou invisibilizados no processo de planejamento urbano, não deixam de constituir esses espaços.

### **1.1 Percurso Metodológico**

Esse percurso tem início com a definição do método de pesquisa utilizado neste trabalho. Situada dentro da abordagem qualitativa de pesquisa, enfatiza-se, para melhor compreensão, que esse modelo não tem sua cientificidade pautada na generalização dos dados e replicabilidade do método, mas sim no aprofundamento dos dados que, por seu caráter subjetivo, dizem respeito a um contexto, sentido e significado específico (GOLDENBERG, 2004).

Nesse contexto de pesquisa precisa estar claro que o pesquisador investigará algo que se aproxima muito dele mesmo, o sujeito. A relação então

não se dá entre pesquisador e objeto de estudo, mas sim entre sujeito e sujeito, sejam eles sujeito pesquisador e sujeito pesquisado (MINAYO; GOMES, 2007).

Assim, o trabalho de campo desenvolvido nessa dissertação se aproxima daquilo exposto por Brandão (2007), uma vivência e ao mesmo tempo uma relação produtora de conhecimento marcado pela perspectiva da subjetividade onde a relação interpessoal compõe parte do método de trabalho. Logo, essa dissertação se dá por meio da etnografia urbana que, como pontua Agier (2011), trata sobre os diferentes modelos de organização social introduzidos pelo meio urbano.

Esse modelo etnográfico remete ao que Magnani (2002) aponta sobre a perspectiva antropológica, a proposta de um modelo de pesquisa que resgata um olhar “de perto e de dentro”, possibilitando abordar aspectos excluídos de outros enfoques. A vantagem desse olhar, para o autor, está na quebra da dicotomia que opõe indivíduo e estruturas urbanas, ou seja, não se observa o indivíduo atomizado, mas sim os vários conjuntos de atores sociais que vivem seu dia a dia nos centros urbanos.

O projeto inicial tinha como objetivo compreender a construção do espaço urbano do município de Içara, através da identificação dos principais atores sociais envolvidos, junto do apontamento dos espaços mais apropriados pela população e uma análise da constituição do espaço a partir da interlocução com os atores identificados. Com o desenrolar do projeto se percebeu a inviabilidade dos objetivos, dada a abrangência deles, não sendo possível de se realizar dentro do período disponibilizado para a pesquisa. Percebeu-se a necessidade de delimitar melhor o tema, de modo que pudesse ser compatível com o tempo disponível, e assim, em meio a esse percurso chegou-se à conclusão de fazer a pesquisa com os moradores da área central do município.

Essa ideia partiu da observação de que essa região estaria passando por um processo de verticalização impulsionado pela industrialização que estaria acontecendo no município. Essa observação se deu pela experiência própria como morador de longa data (23 anos) na região central citada. Isso compusera a hipótese inicial do trabalho, sendo também um de seus motivadores.

Delimitar o que seria a “área central” passa a ser uma questão importante para o trabalho nesse ponto do trajeto. Principalmente porque para o poder público ela tem uma delimitação, para os serviços e instituições ela tem

outra, e para as pessoas, uma terceira, levando a uma pluralidade de significados do que seria esse Centro para a pesquisa.

Então, para realização e delimitação dessa pesquisa seria inicialmente utilizado o plano diretor do município, sendo essa uma das principais fontes documentais para pesquisa (GIL, 2017), assim como a realização de entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008) com os residentes da área central.

É com base nesse caminho que pretendia fazer uma análise a partir do materialismo histórico-dialético, estabelecendo uma crítica da apropriação do espaço público pelas lógicas do mercado e a transformação desse espaço num produto, fazendo uso de autores como David Harvey, Henri Lefebvre, Milton Santos e Ermínia Maricato.

Acontece que optar por fazer uma pesquisa a partir do método etnográfico leva a outras escolhas teóricas. O que não quer dizer que a perspectiva crítica – sobre a apropriação do tecido urbano pelo mercado – tenha mudado, ela ainda compõe parte do trabalho, mas não mais como o foco central de discussão. A mudança começa na tentativa de identificar os atores sociais para responder os objetivos antes estabelecidos a partir da seguinte pergunta: onde estão esses atores sociais na história do município?

Essa busca levou a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre a história do município de Içara. Apesar da crença de que haveria uma escassez de material publicado sobre o tema, logo me surpreendo com um total de cinco livros que abordam a história e constituição da cidade (FERNANDES, 2006; FERNANDES, 2022; NETO, 2019; PAVEI, 2011; PAVEI, 2022;) e duas monografias de especialização (DAGOSTIN, 1993; SILVA, 1993) que abordam temáticas e episódios mais específicos na história da cidade.

As obras de Fernandes (2006) e Pavei (2011; 2022) apresentam o município a partir da perspectiva do colonizador, dando ênfase nos imigrantes europeus que povoaram a região. Uma diferença essencial entre as duas está na linguagem utilizada. Estão presentes na obra de Fernandes (2006) termos acadêmicos, principalmente vindos da história e da geografia, já Pavei (2011) evita a utilização desses termos. Fora essa diferença, ambas evitam detalhar os conflitos da região. Já Neto (2019) traz o ponto de vista pessoal, ele apresenta o município de Içara a partir do seu olhar e das histórias que viveu nessa terra.

Silva (1993) e Dagostin (1993) apontam para eventos específicos e conflituosos da região. A primeira traz a história das pessoas negras, sua cultura e os desafios vivenciados. O segundo traz uma disputa político religiosa que aconteceu no centro da cidade. Diferente dos autores citados acima, o que pretendo apresentar neste trabalho é uma perspectiva crítica da constituição do município.

Por meio dessa pesquisa inicial foi possível identificar os poderes hegemônicos que compuseram o município, assim como aqueles que foram apagados ou ignorados em sua história. Também se consolidou aqui a importância de destacar a área central da cidade, principalmente por sua relevância histórica na consolidação do município, como também pelos diversos conflitos e disputas de poderes que ocorreram e ocorrem nessa região com o passar dos anos.

Feita essa pesquisa, decidi dar mais alguns passos nesse percurso metodológico. Foi a partir das ideias de Michel de Certeau (1998) que passei a caminhar pela cidade. Ao dissertar sobre as práticas de urbanidade o autor diferencia o observador do caminhante. O primeiro é aquele que se coloca numa posição alheia à realidade vivida no âmago da cidade: “[...] O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima; nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfego [...]” (CERTEAU, 1998, p.170).

Com isso o autor me remeteu a refletir sobre o próprio projeto de pesquisa. Até que ponto observar o Centro por meio de documentos e relatórios seria o suficiente? Assim delimiti cada vez mais o meu objeto de pesquisa.

Ainda no escopo de compreender a construção do espaço urbano no município de Içara, mas o foco se volta para os sujeitos que habitam e transitam por esse espaço. Não somente os moradores, mas todos aqueles que estabelecem relações nesse espaço. Não interessa aqui uma análise de um ponto de vista da administração pública, entendida por Certeau (1998) como panóptica. Conforme caminhava pelas ruas passei a pedir aos transeuntes que me indicassem a direção do centro. O foco não é mais o plano diretor, mas a própria delimitação que esses sujeitos me deram, ou seja, as práticas “microbianas” (CERTEAU, 1998), o fazer a cidade no cotidiano.

Certeau (1998) aproxima o ato de caminhar, “processos caminhatórios” como descrito em sua obra, às formações linguísticas. Caracteriza o ato de caminhar como um tríplice função de apropriação do espaço topográfico, realização espacial do lugar e como espaço de enunciação: “[...] caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar [...]” (CERTEAU, 1998, p.183).

É caminhando pela cidade, me apropriando dela, que passo a me aproximar cada vez mais do meu projeto de pesquisa. É “me jogando” no campo que o projeto começa a tomar novas delimitações e é assim que se passa a delimitar o próprio recorte da pesquisa. Conforme pedia indicações sobre o Centro, as pessoas me apontavam em direção à Praça da Igreja Matriz, circundada pelo centro comercial da cidade.

A partir dos trajetos percorridos pude elaborar a seguinte imagem (imagem 3) que apresenta os locais por qual passei nas 15 incursões que fiz pelo centro de Içara entre os meses de junho e agosto. O trajeto percorrido não foi previamente planejado, após delimitar o bairro Centro como *locus* da pesquisa me permiti ser guiado por luzes, pessoas, cheiros, sons (as vezes a ausência deles) levando a construção de percurso.

O ponto vermelho destacado no mapa representa o ponto de partida e o de chegada dessas incursões, sendo esse localizado na Rua Paulo Rizzieri, próxima a Rodovia Deputado Paulino Búrigo, estando a sua direita (SC-445). O ponto verde destaca a localização da Praça da Matriz São Donato, essa é contornada pela Rua Coronel Marcos Rovaris (a direita), Rua Altamiro Guimarães (a esquerda) e a Rua Duque de Caxias (acima). O ponto azul demarca a localização da Praça da Juventude Fernando Pacheco, com a SC-445 a sua direita e os trilhos do trem logo abaixo.

Tanto a Praça da Matriz São Donato quanto a Praça da Juventude se tornaram, no decorrer da pesquisa, pontos onde eu percorria com maior frequência. Circulando a Praça da Matriz está o centro comercial da cidade, assim, a praça me pareceu um ponto privilegiado para observar o cotidiano durante a manhã e a tarde. Já a Praça da Juventude tinha seu pico de movimento após o fechamento do comércio, as 18 horas. Aqui era o local de encontro de jovens e jovens adultos.

Imagem 3 - Processo caminhatório



Fonte: Acervo do autor.

É a partir desses processos caminhatórios que passo a produzir registros sobre a cidade. Num primeiro momento faço registros fotográficos de elementos que me chamam a atenção nesse meio urbano. Já aquecido pelo estudo bibliográfico, identifico referências àqueles conflitos que transitaram por esse espaço da cidade. Como aponta Collier (1973, p.9) “[...] uma fotografia pode conter mil referências. E, o que é mais desconcertante, a maioria das fotografias são prova de um minuto de tempo – de um centésimo de segundo da realidade. [...]”.

Associado a esses registros fotográficos, passo a relatar e descrever minhas andanças pela cidade, produzindo um diário de campo. Entende-se o diário de campo como um instrumento básico de pesquisa, inspirado no trabalho dos primeiros antropólogos (ROESE; GERHARDT; DE SOUZA, 2006). Nesse sentido ele é composto pelo registro detalhado dos acontecimentos que presenciei enquanto pesquisador durante o meu caminhar.

No entanto, enfatiza-se aqui o papel do afeto na pesquisa que Kroeff, Gavillon e Ramm (2020) evidenciam. Os autores apontam que a relação do pesquisador com o tema pesquisado não é passível de ser reduzida ao tempo de uma entrevista ou oficina, mas implica necessariamente em uma posição ético-política no ato de pesquisar onde todo conhecimento produzido interfere no campo social. Assim, a produção do diário de campo é também parte do processo de imersão no campo, não apenas como registro, mas como um processo reflexivo da própria atuação do pesquisador.

No meu caso esse processo reflexivo foi essencial para garantir que a minha vivência enquanto morador não se tornasse um obstáculo quando feita as análises, tendo em vista que já estou imerso no campo por ter residência estabelecida na região há mais de 20 anos. Nasci, cresci e cresço em Içara, portanto o diário de campo serviu como um ponto de diálogo e reflexão interna entre o morador com mais de 20 anos, que tem uma vivência específica na cidade, e o pesquisador que a partir dos estudos bibliográficos começa a ter um olhar diferenciado sobre esse espaço já ocupado.

E é nesse sentido que as estratégias e táticas adotadas auxiliaram a construção desta pesquisa. O estudo bibliográfico serviu para que esse morador de 20 anos se aquecesse para um novo papel a ser desempenhado nesse campo já conhecido. Um aquecimento necessário para que, ao caminhar pelas ruas já tão familiares, tivesse um olhar diferenciado, não distante, mas aguçado. Por sua vez, o registro no diário de campo, textual e fotográfico, permite a reflexão desses dois papéis tão bem definidos na minha própria história de vida.

Nesse sentido, as opções teóricas realizadas no decorrer do processo delimitam o que vai ser observado ao mesmo tempo que se compreende que cada pesquisador tem sua própria maneira de observar (BRANDÃO, 2007). Então o conhecimento produzido é baseado numa relação de investigação pessoal que se dá a partir da constituição de um campo pelas relações interpessoais de quem realiza a pesquisa que, no meio urbano, se traduz na complexa tarefa de produção do conhecimento da cidade a partir dessas relações. A proposta, então, é teorizar a partir da evidência de certos tipos de relação entre as pessoas (AGIER, 2011).

## 2 UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Para melhor apontar os atores sociais que influenciam a urbanização do município de Içara precisa-se, num primeiro momento, identificar aqueles que o influenciaram até então. Buscando caracterizar esse município em transformação, se observará sua história a partir de autores locais, tendo atenção em, além dos fatos históricos, aspectos simbólicos.

Referente ao período pré-colonial (<1600), há indícios de dois grupos indígenas que habitavam e/ou transitavam pela região, sendo eles Carijós e Kaingang (PAVEI, 2011). Pouco se tem documentado sobre a existência desses grupos e a influência deles na formação do município na bibliografia analisada, a não ser por confrontos acontecidos nos anos de 1871 a 1876 (FERNANDES, 2006) e pelo relato falado de alguns moradores do município, documentado por Fernandes (2022). Atenta-se aqui a forma como esses confrontos são descritos: “1871- Campo Bom sofre ataque da tribo Xokleng; 1871 – Barra Velha sofre ataque dos índios [...] 1874 – Barra Velha sofre ataque dos índios [...]; 1876 – Barra Velha sofre ataque dos índios [...]”

A figura do povo indígena é tida como invasora e referida como agressiva. Não é apontada a disputa de terras que se tinha por terem seus territórios invadidos pelos europeus que chegavam proclamando sua posição como donos da terra. Silvio Coelho dos Santos (2004), por intermédio de sua obra “Nova História de Santa Catarina”, aponta que a caracterização do povo indígena como essa figura hostil tinha por objetivo aprisioná-los e reduzi-los à condição de escravos.

A respeito aos relatos dos moradores, também se percebe essa caracterização, a exemplo da fala de Ascentino José Teodoro, nascido na localidade de Ausentes, próximo ao Balneário Rincão em 1927: “Meus pais e irmãos mais velhos tiveram muito encontro com feras e índios. As pessoas trabalhavam em grupos. Enquanto alguns capinavam, outros vigiavam para não serem pegos de surpresa por alguma fera, ou flechada de índio. [...]” (FERNANDES, 2022, p.285). A fala de Teodoro é apenas uma das inúmeras que expressam o pensamento colonial que existiu (e ainda existe) no nosso país.

Luciano (2006) afirma que a imagem do indígena cruel, agressivo, canibal, selvagem, e tantos outros adjetivos pejorativos, serviriam como base

para justificar os massacres da Coroa e seriam também a base para que, hoje, se justifique a tomada de terras indígenas por grupos econômicos.

Além disso a fala apresentada remete a desumanização de povos originários. O processo de colonização, pautado na perspectiva eurocêntrica, traz consigo uma construção ideológica da ideia de humano, excluindo os grupos que não tinham características europeias desse ideal, justificando as inúmeras atrocidades cometidas (GOMES; FORTIN, 2021).

Outro destaque nesse sentido é em relação aos próprios adjetivos que eram utilizados para descrever os povos originários. Na bibliografia sobre a história do município de Içara a presença destes adjetivos é exemplificada na forma como Pavei se refere as comunidades indígenas (2011, p.38):

O índio nos remete aos lugares mais belos do nosso município: as lagoas verdes onde viveram e construíram suas famílias. Embaixo daquela pureza e ingenuidade, um dia acabou a alegria... O banho na lagoa, as bebidas, as festas... ninguém sabia o que acontecia... Tudo era proibido, passaram a ser vistos como símbolo de rebeldia... Sumiram na mata, levaram consigo o que lhes restavam: a rede, a flecha e o corpo nu.

Evidente a limitação no entendimento e descrição das características e aspectos dos primeiros habitantes da terra. A pureza, a ingenuidade, a flecha, o corpo nu são aspectos estereotipados que minimizam e reduzem toda uma cultura. A descrição de Pavei (2011) é reflexo de uma cultura que ainda assemelha a imagem de povos indígenas a uma natureza que deve ser desbravada e dominada.

A partir dos relatos apresentados é possível identificar duas das três perspectivas sociais, descritas por Luciano (2006), que a sociedade não-indígena utiliza para conceber a totalidade desses povos.

O poema de Pavei (2011) escancara a primeira perspectiva que Luciano (2006, p.35) descreve, ligada à visão romântica advinda dos “[...] cronistas, romancistas e intelectuais, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500 [...]”. Segundo o autor, essa perspectiva traz consigo a ideia de que o indígena precisaria de um tutor que o protegesse e cuidasse para que pudesse viver na sociedade “moderna”.

A terceira perspectiva, que Luciano (2006, p. 36) define como uma “[...] perspectiva mais cidadã [...]” não foi identificada no material bibliográfico

analisado. Segundo o autor, é com essa perspectiva que “[...] os povos indígenas ganharam o direito de continuar perpetuando seus próprios modos de vida, suas culturas, suas civilizações, seus valores [...]”.

Pouco se tem, também, sobre as influências culturais que esses povos tiveram sobre a região. Fernandes (2006) aponta para o aprendizado que os açorianos, considerados na literatura como os primeiros colonizadores da região, tiveram com esses grupos. Segundo a autora, aperfeiçoaram o cultivo de mandioca e a pesca a partir das interações com os indígenas.

Nesse contexto, Santos (2004, p.23) afirma: “As informações que costumamos ter sobre os indígenas são na maioria das vezes pobres ou errôneas”. O autor enfatiza o domínio dos povos tradicionais sobre o conhecimento geográfico, da fauna e da flora e a domesticação de várias espécies de vegetais que foram oferecidos aos europeus, mostrando que esses povos eram oriundos de sociedades organizadas e adaptadas ao contexto sul-americano.

Percebe-se, nesse sentido de estereotipação, a valorização da colonização e do colonizador, tido como heróis, desbravadores em uma saga épica pela conquista de um novo mundo. Pouco se fala a partir da perspectiva indígena, do sofrimento, do apagamento da cultura e da vida como era concebida por esses. Luciano (2006) aponta a invisibilidade social desses povos como a principal causa da ignorância, do preconceito e da discriminação. Complementa que essa invisibilidade foi imposta pelo processo colonial e pós-colonial.

Santos (2004) aponta que é no litoral de Santa Catarina, onde os portugueses se aproveitaram da conduta amistosa dos grupos indígenas, que começa o aprisionamento para venda nos mercados. Esse apontamento do autor corrobora com a hipótese de Fernandes (2006). A autora sugere que a falta da presença dos povos nativos na região de Urussanga se dá pelo massacre, captura e venda destes para os mercados de escravos. Em obra posterior, a autora transcreve a fala de Lucas Nunes de Mello, nascido na localidade de Ausentes em 1916, indo de acordo de sua hipótese: “Muitos índios foram transportados para a Europa, como escravos. Em Tubarão, o Cacique fazia o comércio escravo dos índios dessas localidades. [...]” (FERNANDES, 2022, p. 405).

A população negra da região também é outra que é apresentada nos livros sobre a historicidade do município através de estereótipos culturais. Pavei (2001, p.44), ao dedicar um poema a essa população, descreve:

[...]Quem tem o samba no pé? Somos nós muié, Quem tem a perfeição no corpo, saúde e luz? Somos nós, Jesus. Quem tem a coragem de lutar pelos seus direitos e sonhos? Só pode ser nós, Antônio. E quem luta derrubando as velhas, e construindo novas leis? Somos nós, Derlei. Quem vive feliz ensinando a paz e o amor? Somos nós, os afrodescendentes, e não se esqueçam das belezas saindo destes retratos....

Além das poucas páginas encontradas nas obras de Pavei (2011) e Fernandes (2006), na bibliografia estudada só foi identificada uma obra dedicada a essa população que foi de fundamental importância para a consolidação do município, em obra intitulada “Cento e vinte e três anos de raça negra no município de Içara”, Silva (1993) aponta para os ritos religiosos, como a coberta d’alma<sup>2</sup>, as tradições de batismo e os costumes diários que a população negra ainda mantinha na década de 1990, assim como a situação profissional, de saúde, familiar e de escolaridade. Complementando esses dados, as entrevistas expostas por Fernandes (2022) também auxiliam a entender o papel do povo negro em terras içarenses.

Além de apresentar esses aspectos culturais, Silva (1993) denuncia o sofrimento que esse grupo minoritário passava, apontando as três famílias escravocratas que existiam na região e os impactos que isso teve nas gerações posteriores a alforria:

Os laços familiares eram frágeis, herança maldita que ainda persiste. O escravo não tinha família, o bebê recém-nascido era um objeto que o senhor podia doar, vender ou matar. As mães eram obrigadas a amamentar primeiro os filhos dos brancos. A relação pai-filho era débil (SILVA, 1993, p. 15)

Como apresentado pelos relatos expostos por Fernandes (2022), pessoas nascidas na região na década de 1930 tinham avós que foram escravizados, como o caso de Pedro Martins de Oliveira, ou conheceram os escravos dos avós como Abílio Teóphilo Silveira que relata: “Conheci os ex-

---

<sup>2</sup> A coberta D’Alma consiste em uma tradição “dos antigos” realizada no litoral Içarense. Trata de uma cerimônia realizada no sétimo dia posterior ao falecimento, um rito de passagem para que a alma da pessoa falecida possa encontrar a paz (SILVA, 1993).

escravos da casa de meus avós que moravam próximo às moradas da família[...]” (FERNANDES, 2022, p.351).

A “herança” apontada por Silva (1993) é apenas uma das muitas que impactaram e ainda impactam a vida da população negra. Oliveira e Carvalho (2017) apontam que a desigualdade racial do Brasil afeta aproximadamente 50.7% da população brasileira, compostas por negros e negras. Nesse contexto, os autores apontam que, além da discriminação racial direta que causa dor e sofrimento nas vítimas, a discriminação racial indireta é muitas vezes perpetuada por indivíduos ou coletividades sem ter consciência de suas próprias ações.

Ao dissertar sobre as dimensões do racismo, Werneck (2016) divide o fenômeno em três, sendo eles: o racismo pessoal/internalizado (composto por sentimentos e condutas); o interpessoal (ações e omissões); e o institucional (material e acesso ao poder). Assim, Werneck (2013), Oliveira e Carvalho (2017) apontam o racismo como uma estrutura do Estado utilizada para a mediação e manutenção das relações raciais.

Silva (1993) apresenta também episódios racistas vividos por pessoas da região, desde a violência verbal até a proibição desses sujeitos de frequentar determinados espaços, como os clubes de dança, evidenciando na constituição de Içara as dimensões do racismo apontados por Werneck (2016). Também fica claro nas falas de antigos moradores apresentadas por Fernandes (2022) como que o racismo e a escravidão impactaram a vida dessa população, como o Relato de Pedro Martins de Oliveira:

Sobre a vida dos escravos há muitas lembranças, mas é difícil falar. Meus avós eram escravos em Imaruí, mas meu pai já nasceu do ventre livre. Porém meus pais escondiam nossa condição escrava, pois levaram uma vida muito triste, às vezes até imoral. (FERNANDES, 2022, p.363).

Em 1998, com o surgimento do Grupo de Dança Afro e do Grupo de Capoeira Chico Rosa, é que se tem uma organização popular em um coletivo para reivindicação de direitos e oportunidades (PAVEI, 2011). Em entrevista dada a repórter Simone Luiz Cândido (2021) a integrante do grupo, Maria Estela Costa da Silva, aponta a invisibilidade da população negra do município.

Outra questão relacionada aos abusos sofridos pela população negra é a segregação espacial que passou a acontecer com a construção do ramal Tubarão-Barranca da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina em 1917 e a

inauguração da Estação do Km 47, hoje Içara, em 1919 (FERNANDES, 2006). Silvia (1993) aponta que a construção da estrada de ferro leva a um movimento de migração para próximo da estação de trem, movimento esse que foi feito principalmente pelos recém-chegados imigrantes italianos que viram nos trilhos a oportunidade para aquecerem o seu comércio (FERNANDES, 2006; PAVEI, 2011), levando consigo o investimento e infraestrutura e deixando pra trás a população negra que não tinha como acompanhar esse movimento.

A construção da ferrovia é um marco importante para a configuração socioespacial da região. Goularti Filho (2008) aponta que a estrada de ferro faz parte da consolidação do complexo carbonífero, marcando não só a paisagem do sul de Santa Catarina, mas como seus aspectos socioeconômicos em meio a expansão do complexo ao longo do século XX.

A fim de atender as demandas nacionais de carvão o complexo carbonífero teve diferentes objetivos nas suas mais diversas fazes, mas em todas estas a mina e a ferrovia tinha um papel claramente demarcado, não apenas como a base para o funcionamento de todo o complexo, mas também como símbolo da modernidade e da velocidade (GOULARTI FILHO, 2008).

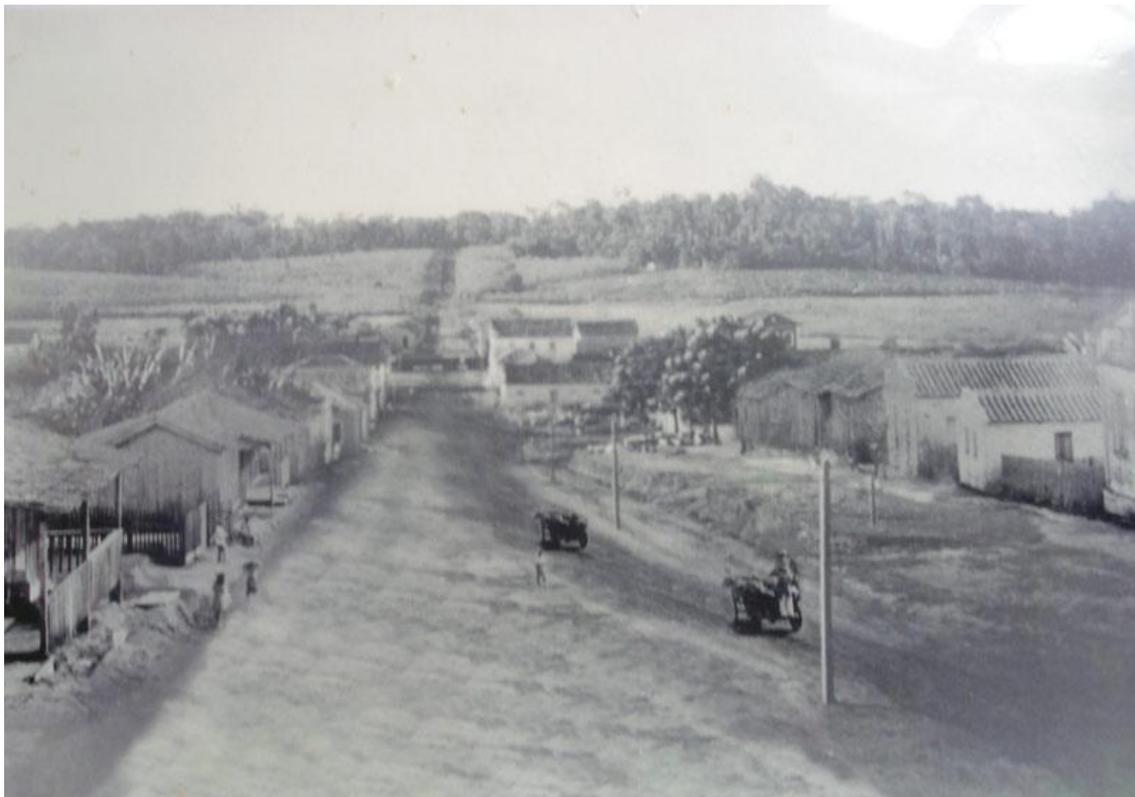
Na região de Içara a construção da ferrovia é responsável pelo próprio nome da localidade. Como aponta Fernandes (2006) com a retirada das palmeiras, conhecidas como içarobas pelos engenheiros da estrada de ferro, que o nome da localidade 'Içara' surgiu. E é a partir dos trilhos do trem que, em 1920, a localidade passa a ter a demarcação do seu território oficial em relação a Criciúma (PAVEI, 2011).

Sabe-se que o advento da máquina a vapor e o uso de novas fontes de energia superiores à hidráulica possibilitaram a concentração de indústrias e trabalhadores em um mesmo local, levando a um congestionamento das cidades por meio das fábricas e do transporte ferroviário (BRANDÃO, 2014). No caso içarense, isso ecoa em Pavei (2011), que vai conceber a história da formação do município a partir da instalação da ferrovia, mas como Fernandes (2006) já apontava, existe todo um processo histórico que caracteriza uma Içara anterior aos trilhos de trem.

A imagem abaixo nos permite ter um olhar sobre esse processo histórico. Trata da atual Rua Coronel Marcos Rovaris em 1940, mas sem os edifícios e a estreita rua de via única para os carros. Ainda sem calçamento, mas a memória

de uma localidade que tinha o cultivo de mandioca, aquele aprendido com os indígenas, e a produção da farinha nos engenhos como uma das suas principais fontes de renda, sendo o carro de boi o principal meio de transporte dessas mercadorias (FERNANDES, 2022).

Imagem 4 – Vista Parcial da Atual R. Marcos Rovaris – 1940



Fonte: Escola De Educação Básica Professora Salete Scotti Dos Santos, 2010.

Mumford (1998) aponta que a fábrica passou a ser o núcleo da cidade contemporânea na Europa. Esse elemento, frequentemente, ocupava os melhores espaços, ou seja, próximo a rios, devido à necessidade de água para o uso das máquinas a vapor, assim como para facilitar o despejo de detritos. Na região de Içara, foram as minas que desempenharam esse papel, com a poluição de rios e lagos e com a construção de casas para os mineiros que, assim como na Europa descrita por Mumford, levava a uma condição insalubre de moradia, onde o que predominava era a falta, seja ela de sol, água potável, ar puro, alimentação e higiene (FERNANDES, 2022).

Pedro Martins de Oliveira esclarece um pouco essa situação através de sua história de vida. Nascido em 1932 morou no bairro Mineração (hoje Bairro Aurora) por mais de 47 anos. Mudou-se para a localidade para trabalhar na Mina

da Rua da Palha e posteriormente no Poço Um, onde habitava uma casa da operária de mineiros próximo a mina:

A operária chegou a ter 150 casas de mineiros, depois que abriram o Poço Três, a operária cresceu mais e o povoado ficou conhecido como Mineração. Ainda há algumas casas de mineiros de pé, mas como eram de madeira, quase tudo desapareceu. As casas de engenheiros e capatazes, que moravam na mineração, ainda estão boas. Eram casas construídas em alvenaria. (FERNANDES, 2022, p.362)

Na região, que também passou a ser conhecida como “O quilômetro quarenta e sete”, além da demarcação inicial do território e da popularização da toponímia da localidade, a ferrovia passou a ser o meio de transporte mais importante nas três décadas seguintes, movimentando a produção da localidade e fazendo com que a farinha de mandioca fosse a base da economia até a década de 1960 (FERNANDES, 2006). É com esse impulso econômico e de produtividade que a ideia simbólica do ‘progresso’ passa a percorrer os trilhos do trem (MENDES, 2005).

Nicolaci-da-Costa (2004) aponta o progresso como uma das mais marcantes características da modernidade, junto da ordem, da razão, da objetividade, das fronteiras, das barreiras, da centralização do poder e das distinções entre o público e o privado. Segundo Tiski (2017), o progresso enquanto ideia surge com o positivismo de Augusto Comte (1798-1857), fundador da filosofia positiva como síntese das ciências positivas. Tiski (2017, p.3) aponta que um dos principais eixos dessa ideia é o sentido moral de que o ser humano deve “tornar-se providência para si mesmo”.

Os ideais iluministas que surgem na Europa dão aos novos líderes do comércio e da indústria a liberdade para trazer à tona a incerteza especulativa e a competição sem planos. Isso levou o capitalismo a alterar toda a balança de poder desde o século XVII, a onda de expansão comercial ganhou cada vez mais tamanho, passando a ser acompanhada de uma dissolução urbana. O mercado, antes um componente protegido da cidade, passou a ser uma instituição em expansão, engolindo as demais partes da cidade em sua lógica (MUMFORD, 1998).

O Iluminismo se caracteriza como um movimento intelectual europeu onde há uma valorização da razão. Segundo o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), o Iluminismo é entendido como a passagem da menoridade para a

maioridade do pensamento. Nesse sentido, o autor aponta a passagem de um estado de consciência servil para um estado de consciência autônoma, remetendo ao despertar de uma consciência crítica (KANT, 2008).

Após essa breve contextualização histórica cabe o questionamento: Como que um movimento intelectual europeu, que tem suas raízes no século XVII, vai influenciar o pensamento popular de uma região agrícola, localizada no extremo sul de Santa Catarina, aproximadamente três séculos depois?

A resposta vem acompanhada dos imigrantes europeus que, fugindo das péssimas condições de vida na Europa, vem para a América do Sul levando consigo os ideais modernos e os ideais liberais que, baseados no liberalismo e no nacionalismo, assumem como objetivo replicar a vida europeia no novo continente. Exemplo emblemático da região se dá com os imigrantes de origem italiana, que visavam construir uma nova Itália (FERNANDES, 2022).

Apesar do que apontam os autores a fome e as demais mazelas vividas na Europa não foram os únicos motivos da vinda destes imigrantes para a América do Sul. Nascimento (2016) aponta que para as classes dominantes brancas a “libertação” da população escrava representava um novo “problema”: a possibilidade do Brasil se tornar um grande estado negro.

Assim, aliado a teorias científicas racistas, a política imigratória do século XIX e do século XX passa a ter como objetivo o desaparecimento do negro por meio da “salvação” através do sangue europeu, caracterizando uma meticulosa estratégia de destruição que infunde o ideal de embranquecimento à população afro-brasileira (NASCIMENTO, 2016).

Ao discutir a presença negra no sul do Brasil Rasia (2022) aponta para o fato de que nos dias atuais há uma narrativa sobre a construção étnico-cultural do sul pautada pelos imigrantes europeus e seus descendentes. Segunda a autora essa memória silencia e subverte a presença dos sujeitos negros na constituição do Sul brasileiro levando a um negacionismo que se dá por meio da ausência de testemunhos e arquivos.

Esse processo de negacionismo histórico fica visível em acontecimentos recentes, como aponta Luiz (2020), ao fazer uma análise sobre esse discurso na internet a autora aponta uma “onda negacionista” que nega determinados acontecimentos históricos, duvidam de teorias e deturpam conhecimento por meio de informações falsas. Assim sustenta que, por meio da produção de

vídeos e documentários, determinados grupos reforçam a ideia da escravidão como um processo distante do Brasil, amenizam a violência e exploração das colônias e enaltecem e enaltecem as potências europeias por trazerem a modernidade a civilizações tecnologicamente atrasadas.

Em Içara esse processo de “avanço tecnológico” está demarcado pela construção da ferrovia que trouxe imigrantes europeus para a região. Esses imigrantes foram se instalando às margens da ferrovia, como aponta Fernandes (2006) e Pavei (2011), já que essa se torna um atrativo para aquelas que buscavam o desenvolvimento de seus negócios. Dagostin (1993) aponta que grande parte desses tiveram como origem a região de Bérgamo, ao norte da Itália, trazendo a cultura italiana caracterizada pelo apego ao cristianismo e a igreja católica. A devoção a São Donato, que viria a se tornar o santo padroeiro da cidade, é, portanto, herança desse processo.

Atenta-se aqui para um detalhe: não é como se o cristianismo e a Igreja Católica passassem a ter presença na região somente a partir da imigração italiana, pois os imigrantes açorianos e poloneses, esses que segundo Pavei (2011) chegam na região de Içara em 1890, já haviam trazido consigo essa religião. Não é de se estranhar que grande parte dos bairros que viriam a se formar após a chegada dos imigrantes tem como primeira construção uma capela dedicada a determinada figura religiosa ou uma casa de Missão. O que se busca destacar com essa apresentação da fervorosa religiosidade italiana é a disputa político-religiosa que aconteceu em Içara entre as décadas de 1930 a 1970.

Altamiro Domingos Dagostim descreve com detalhes esse episódio do município de Içara em seu trabalho intitulado “A briga pelo santo: religião e partidarismo político em Içara”, publicado em 1993. A disputa relatada pelo autor tem como ponto inicial o desentendimento entre os “fábriqueteiros” sobre a construção de uma capela dedicada a São Donato. A partir dessa disputa é iniciada a construção de duas capelas na mesma localidade, uma na região mais alta e outra na região mais baixa, próximo ao traçado da ferrovia, dando origem à rixa entre a “capela de cima” e a “capela de baixo”. Essa rixa se intensifica ao ponto de chegar a um episódio dramático, quando os padres derrubam as portas da capela de cima a chutes para recuperarem a imagem do santo, que havia ficado na capela por ter sido finalizada primeiro, e na comoção os padres são

agredidos e a estátua do santo é roubada e passa a ser escondida entre as casas dos fiéis (DAGOSTIM, 1993).

A devolução da estátua do santo acontece apenas anos depois, com a inauguração do Hospital São Donato. Como apresenta a imagem 5, a translação da imagem de São Donato contou com uma grande procissão de fiéis da casa onde estava escondida até a capela do hospital em 1970 (DAGOSTIM, 1993).

Imagem 5 – Translação da Imagem de São Donato – 1970



Trasladação da Imagem de São Donato da Igreja de cima da casa de Artur Colle para o Hospital São Donato – 07.08.1970

Fonte: Escola De Educação Básica Professora Salete Scotti Dos Santos, 2010.

A quantidade de pessoas presentes nessa imagem nos auxilia a compreender o tamanho da rixa entre as duas igrejas e como ela afetou a comunidade. Não se trata de uma disputa entre apenas algumas famílias, mas uma rivalidade que mesmo depois de anos do encerramento das disputas ainda se manteve viva, como apresentado nos relatos de Fernandes (2022). Ao tratar sobre a disputa, Pedro Guglielmi, entrevista em 1987 relata:

Os de cima se sentiram traídos com a mudança da decisão tomada juntamente com o arcebispo, e tentaram de todas as formas manter a imagem na capela de cima. Ocorreram então muitas brigas, roubo da imagem e muitas intrigas. Até hoje ainda há rivalidades com as mudanças de decisão da capela. [...] (FERNANDES, 2022, p.316).

Esse episódio revela pontos interessantes sobre a constituição do espaço urbano no município de Içara, pelo menos quanto à sua região central. Segundo Dagostim (1993), a construção da “capela de baixo” parte do interesse dos comerciantes e das famílias locais de se beneficiarem com o crescimento local, segundo o autor (p.37): “Parece que se criava, com a ferrovia uma disputa entre os defensores da capela e o do progresso”. Ressalta ainda que as autoridades religiosas adotaram uma posição neutra, que não prejudicasse nenhum dos grupos, até que um lado da disputa tivesse a vitória garantida. Assim é derrubada a “capela de cima”, dando espaço a construção do hospital municipal e a “capela de baixo” é mantida, onde hoje se encontra a igreja matriz.

Junto ao início das obras da igreja matriz de São Donato, em 1944, tem-se em 1946, no centro do vilarejo, a fundação do primeiro colégio público da cidade, o Colégio Antônio João (FERNANDES, 2006). É a partir da concentração dessas instituições que o centro da localidade passa a receber cada vez mais pessoas. Pavei (2011) aponta o ano de 1950 como o ano em que o centro começa a “evoluir”.

Nesse mesmo período, a cidade passa por outras mudanças significativas. Em 1940 começa a extração de carvão na localidade de Mineração (PAVEI, 2011). Em 1944 a então Içara passa a ser distrito do município de Criciúma. Entre os anos de 1950 e 1959, conforme aponta Fernandes (2006), se tem o crescimento da exploração de carvão e o declínio da produção de farinha de mandioca a partir dos abandonos das lavouras. Segundo Silva (1993), o salário garantido no fim do mês pelo trabalho na mina trazia “status”, além do benefício das casas de madeira fornecidas pela companhia, o que leva a um momento de ilusão, pois comparado às horas de trabalho indeterminadas nos campos de mandioca, o horário de trabalho fixo das minas era sedutor:

[...] A maioria não se preocupava em adquirir terreno ou casa, em construir futuro. Relataram também sobre as greves das quais participaram, mas nunca em linha de frente. Hoje são aposentados, moram em casas miseráveis, com um salário corroído pela inflação e pelo descaso do governo.

Percebe-se, na fala da autora, a denúncia quanto ao caráter imediatista de “oportunidades” trazido pela mina de carvão. Gonçalves e Mendonça (2007) apontam para a atividade carbonífera como um dos elementos de maior

influência no processo de formação da região. Segundo os autores, a mineração de carvão foi, durante muito tempo, o que identificou a cidade de Criciúma no cenário regional e nacional, trazendo oscilações políticas e econômicas ao longo da história.

O próprio processo de urbanização da região se deu com a abertura das minas e a criação das vilas operárias em volta destas. Desse modo, a indústria do carvão se tornou produtora do espaço urbano na região, de forma abrupta. Isso fica evidente com a nomenclatura dos bairros da cidade de Criciúma, “Mineira Velha”, “Mina Quatro”, “Mina do Toco”, “Mina do Mato” (GONÇALVES, MENDONÇA, 2007) e na cidade de Içara, que após a emancipação de Criciúma contava com os bairros “Poço 8”, “Poço 3” e “Mineração”. Maria Lino nos conta que sua família se mudou para a região por conta da mineração. Nascida em 1920, em Urussanga Velha, veio para a localidade de Mineração quando o pai foi trabalhar na mina de carvão e levou toda a família consigo: “Ele já trabalhava como carpinteiro e tirava madeira para a estrada de ferro. Aí resolveu vir trabalhar na mina que era a céu aberto, a mina do dia, onde as vagonetes eram puxados a boi” (FERNANDES, 2022, p.360).

Mediante o exposto acima é comum pensar que a exploração do carvão acontece apenas com a chegada das indústrias de carvão. No entanto Lucas Nunes de Mello, nascido em 1916 na localidade de Ausentes, nos apresenta outra história:

O carvão explorado a partir de 1913, já era conhecido em Içara há 50 anos, mas ficou sem propaganda até 1930, quando iniciou a exploração em Rio Acima, e mais tarde do Barracão até a Rua da Palha. A primeira mina fazia o transporte do carvão de carro de bois até o Pontão, em Jaguaruna e dali era embarcado em canoas até o porto de Laguna, onde seguia em frente. (FERNANDES, 2022, p.404).

A fala de Lucas Mello e a de outros entrevistados por Fernandes (2022) evidenciam o que a autora já apontava sobre a história do município, existe uma Içara que antecede os trilhos do trem (FERNANDES, 2006). Uma Içara que vivia da pesca, da agricultura, da caça e da coleta.

Pedro Juvenal do Nascimento, nascido em Ausente em 1920, conta um pouco dessa história:

Nossa alimentação era muito farta. Éramos pescadores e caçadores de animais de grande porte, e nunca falta nada em casa. Para abater

uma rês, íamos de vizinho em vizinho vendendo, ou emprestando uma parte da rês abatida. Não tinha meio de conservar, então fazia-se o rateio na vizinhança. Quando outro vizinho carneava, adquiríamos direito dele, já que tínhamos carnes em haver. (FERNANDES, 2022, p.403).

Também é clara na fala de Pedro Nascimento os costumes da época. O “rateio” e as “carnes em haver” denunciam uma vida comunitária com aqueles que moravam nas proximidades. Posteriormente, Pedro fala da “festa da matança”, um costume local envolvendo o abate de porcos para a produção de banha. Um evento que envolvia a comunidade com rodas de viola e cantoria (FERNANDES, 2022).

Esaltina Custódia de Jesus esclarece um pouco mais sobre a vida em comunidade da época, nascida em 1888 na Rua do Fogo aponta:

Aqui a vida era comunitária. Quando alguém pescava, distribuía com os vizinhos. Todos se ajudavam nas necessidades, seja no trabalho ou nas doenças. Nas farinhadas então havia muitos mutirões. Todos se ajudavam para que todos tivessem a sua farinha feita e a sua economia resguardada, para que todos vivessem em harmonia. (FERNANDES, 2022, p.320).

Fica claro na fala dos antigos residentes da localidade a importância que a farinha de mandioca tinha na região. Para além do destaque econômico, era fonte de subsistência, e a “farinhada” um importante momento na cultura da região. Tratando sobre o trabalho na lavoura e na produção da farinha de mandioca, Laura Godinho Viana aponta: “[...] A gente trabalhava na lavoura e de sol a sol, nas roças ou no engenho fazendo a farinha de mandioca, que era o nosso produto de economia familiar. Foi uma vida muito dura, posso afirmar.” (FERNANDES, 2022, p.246)

Além das atividades econômicas e da vida na lavoura, os relatos também retratam as festas que aconteciam na região (Imagem 6). Chama atenção que as festas da época estavam vinculadas principalmente à Igreja Católica.

A imagem apresenta a Missa Campal da Festa de São Donato de 1945, realizada próxima a capela provisória enquanto estava sendo construída a nova igreja, anteriormente apresentada no texto como “igreja de baixo” (DAGOSTIN, 1993).

### Imagem 6 – Missa Campal da Festa de São Donato – 1945



Fonte: Escola De Educação Básica Professora Salete Scotti Dos Santos, 2010.

A imagem nos mostra a importância dada às tradições religiosas da região, os trajes sociais ressaltam a formalidade da época. Fernandes (2022) por meio de suas entrevistas apresenta uma série de festas religiosas que aconteciam durante o ano, além da Missa da Festa de São Donato, festa que acontece até os anos atuais, outras festas que aconteciam na região eram as de São Sebastião, São Jorge, São João e Santa Bárbara, essa especificamente na localidade conhecida como Mineração.

A atividade carbonífera na região levou a uma série de impactos socioambientais. A deposição dos rejeitos da mineração conduziu a geração de metais pesados por meio da mistura das camadas retiradas, o que levou à destruição e perda de solos férteis, assim como à contaminação da água (SILVA; FERREIRA, 2017). Quanto ao impacto social, com o fim da atividade extratora, a mão de obra que veio para a região junto de suas famílias para trabalhar nas minas de carvão, ficou largada à própria sorte ocupando áreas de risco geradas pela mineração (SILVA; FERREIRA, 2017).

Fernandes (2022) associa o “progresso” trazido pelas minas com a emancipação do município. Segundo a autora, a exploração do “ouro negro”, termo inclusive presente no hino da cidade, a produção de farinha de mandioca e o crescimento da fumicultura no distrito levam Içara a um momento de prosperidade que torna propícia a emancipação.

Tem-se, então, em 1961, a emancipação do município de Içara, com a posse do Prefeito nomeado Ascendino Pavei. A posse teve mesa presidida pelo Juiz de Direito da Comarca de Criciúma, Francisco May Filho e secretariada pelo vereador Nelson Alexandrino, sendo Ézio Lima e João José de Freitas representantes da população (FERNANDES, 2022).

Com a emancipação do município, percebe-se, a partir da bibliografia estudada, um foco na consolidação do centro da cidade (Imagem 4 e Imagem 5). Ou seja, o relato do processo de desenvolvimento em outras partes da cidade se torna mais escasso, ao mesmo tempo em que as construções e movimentos que ocorrem no centro da cidade passam a ter mais destaque, como a construção do colégio Cristo Rei, em 1962, sendo essa a primeira e única instituição de ensino médio privada da cidade (PAVEI, 2011). Também se tem a já mencionada anteriormente a inauguração do Hospital São Donato (DAGOSTIM, 1993) e a construção da nova igreja Matriz de São Donato em 1971 (LAUREANO, 2000).

As imagens a seguir nos permitem acompanhar as mudanças ocorridas no município em um curto espaço de tempo. A imagem 7 trata de uma vista panorâmica do centro de Içara em 1968. Ao lado esquerdo da imagem é possível ver a igreja construída com suas duas torres.

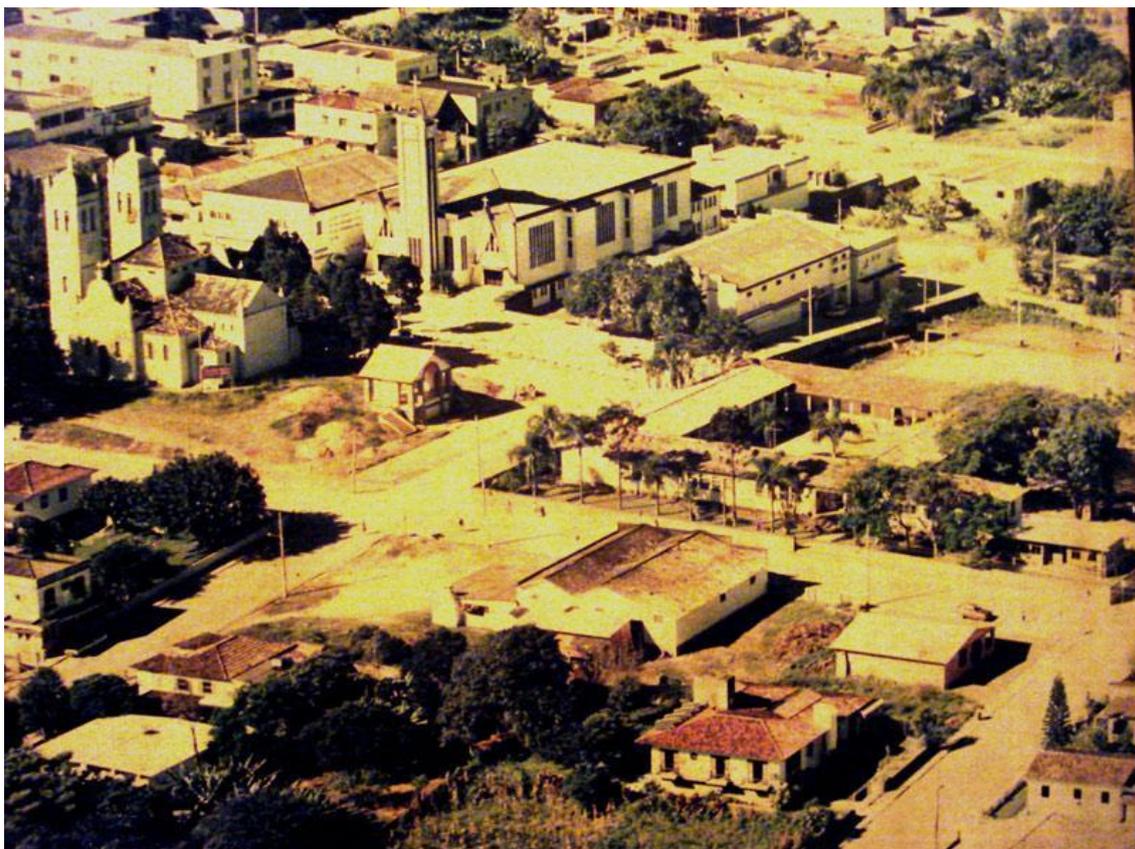
Imagem 7 – Vista Parcial do Centro de Içara – 1968



Fonte: Escola De Educação Básica Professora Salete Scotti Dos Santos, 2010.

A imagem 8 trata da vista panorâmica do mesmo local, mas em 1972. Aqui já é possível observar a construção da segunda igreja, com uma torre só, logo ao lado da igreja mencionada na imagem anterior. Acompanhado disso percebe-se também a diminuição da vegetação que passa a dar lugar a cada vez mais construções.

Imagem 8 – Vista Parcial do Centro de Içara – 1972



Fonte: Escola De Educação Básica Professora Salete Scotti Dos Santos, 2010.

Além das edificações que passaram a ser construídas/reformadas a partir desse período, tem-se alguns acontecimentos que cabem ser ressaltados. Sabe-se a marca trágica que o golpe de 64 deixou no país com toda brutalidade que levou à morte de várias pessoas e ao desaparecimento de tantas outras. Também é sabido que algumas construções em Criciúma, cidade vizinha ao município, foram utilizadas como prisões durante os “anos de chumbo” (ZANELATTO; TRICHÊS; CAROLA, 2016).

Já referente à Içara tem-se algo curioso. No material estudado referente a história do município foi encontrado apenas um parágrafo referente a esse período de grande impacto nacional:

Içara passou por dias de angústias. Pessoas eram denunciadas e o exército movimentou-se pelas ruas de Içara. Não foram raras as prisões. Alguns se retiraram para lugares desconhecidos. As crianças e os adolescentes, na época, não podiam compreender. A professora, universitária e jovem mãe içarense, Derlei Catarina DeLuca foi presa e sofreu as torturas da máscara de chumbo. (FERNANDES, 2006, p.234).

A operação que levou a prisão de Derlei DeLuca e outros dezesseis cidadãos da região carbonífera, realizada em 1975, tem o nome de Operação Barriga Verde. Tinha como justificativa a “ameaça comunista” e era apoiada pelos proprietários das minas de carvão, pelo setor mais conservador da Igreja Católica e pelo poder público local. Além de presa em 1969, a cidadã içarense foi exilada em Cuba até 1979 (ZANELATTO; TRICHÊS; CAROLA, 2016).

Também no ano de 1964, comunidades do município, como Boa Vista, passam a aderir à cultura fumicultora. Isso faz com que o fumo se torne parte importante da economia do município em 1970, situação que dura até 1990, quando a campanha antitabagista contribui para o declínio da produção. Os comerciantes que traziam suas mercadorias ao centro paravam, aos poucos, de trazer a farinha de mandioca para acrescentar o fumo (PAVEI, 2011).

Com a reestruturação produtiva do Estado brasileiro a partir de 1980, tem-se um acentuamento no processo de desestatização e privatização fazendo com que em 1990 ocorra um processo de transferência do patrimônio estatal para o setor privado. O Estado passa a ter sua política voltada para o mercado e essa passa a ser o protagonista do desenvolvimento (SANTOS *et al*, 2004).

A década de 1990 marca, então, o início de um novo modelo econômico para o Brasil, sustentado pelas políticas neoliberais. O Plano Nacional de Desestatização iniciado no governo Collor impactou todo o complexo carbonífero no Sul do país levando ao desmonte parcial do complexo e as atividades passam a ser destinadas apenas a Termoelétrica Jorge Lacerda (GOULARTI FILHO, 2008).

Com o desmonte da Estação Ferroviária de Içara, a Casa do Agente Ferroviário ficou abandonada até o ano de 2010, quando foi tombada pela Prefeitura Municipal de Içara por sua importância histórica (IPHAN, 2010). A ferrovia que antes estava ligada ao progresso e ao desenvolvimento representa, a partir de então o passado.

O diagnóstico socioeconômico de Içara de 2001 também nos revela informações importantes no que tange à evolução urbana do município. O documento aponta o processo de conurbação urbana com Criciúma, principalmente nos bairros Getúlio Vargas, Demboski e Corda Bamba. Reitera que esse processo é induzido pela SC-444, que corta a cidade, e é o principal

eixo indutor da expansão urbana nessa época, antevendo uma cidade linear (NUERNBERG, 2001).

Também chama a atenção o apontamento de que Içara não sofreu, nesse período, a “favelização periférica”, pois essa teria se concentrado no município de Criciúma, com a ocupação das terras pertencentes a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (NUERNBERG, 2001).

Outra característica importante para a qual o diagnóstico aponta são os movimentos migratórios que acontecem entre Criciúma e Içara. Um deles acontece com o processo de conurbação, onde trabalhadores de Criciúma com poder aquisitivo optam por estabelecer suas residências em Içara e manter seus filhos e trabalhos em Criciúma, levando a um movimento pendular diário que sobrecarrega o sistema de transportes. Isso acontece, principalmente, pelo “preço exorbitante” dos lotes vendidos em Criciúma e pela proximidade que os dois centros urbanos têm um com o outro. (NUERNBERG, 2001).

Outro movimento migratório característico nessa época é o veraneio. O diagnóstico supõe que a Praia do Rincão, em 1991, contava com uma população de quase sete mil pessoas (6.862), mas nos meses de verão esta população se aproximava de 160.000 pessoas, vindas principalmente de Criciúma e de outros municípios vizinhos. O reflexo desse acréscimo populacional recai sobre o meio ambiente, incrementando as descargas de esgoto e produção de lixo (NUERNBERG, 2001).

Para além dos dados demográficos e econômicos, tem-se na última década pelo menos dois movimentos de grande impacto no dia a dia da cidade. O primeiro deles em 2013. Os estudantes ocuparam as principais ruas do centro da cidade (LEMOS, 2013). Essas manifestações, organizadas principalmente pelos movimentos estudantis, se deram contra a enturmação, estratégia que visava aumentar o número de estudantes dentro da sala de aula a fim de economizar com o emprego de mais professores para outras salas de aula. Na época, o Secretário da Educação justificava: “ao invés de ao invés de gastar com mais folhas de pagamento, aplicará o dinheiro em outras áreas, como infraestrutura e capacitações” (JCABRASIL, 2013).

As falas do Secretário em paralelo a uma série sucessiva de ataques à educação (não aplicação do piso à carreira dos professores, reajuste de salário

sem ganhos reais e o sucateamento das escolas) provocaram manifestações em todo o estado, em Içara essas manifestações foram protagonizadas pelos estudantes da Escola Estadual de Educação Básica Salete Scotti dos Santos (LEMOS, 2013).

Em 2015 aconteceu, também no centro, a manifestação pela vida, decorrente da morte violenta de uma jovem do município. Característica marcante desses movimentos é que foram os primeiros, na cidade, a serem organizados pelas redes sociais, como exemplo a *hashtag* #somostodosvivan (LEMOS, 2015).

No caso de Içara, os manifestantes se organizaram estrategicamente por grupos no *facebook* e *whatsapp*, utilizando-os posteriormente como ferramentas de compartilhamento e produção de vídeos. E tiveram como tática a ocupação das principais ruas do centro da cidade, caracterizadas pelo amplo fluxo e acesso ao comércio, como forma de paralisar o movimento e chamar atenção para sua causa.

As manifestações estudantis de 2013 contra a enturmação tiveram um resultado efetivo imediato, na época foi barrada a enturmação (JCABRASIL, 2013). Já as manifestações de 2015 tinham como objetivo chamar a atenção dos içarenses para os atos de violência contra a mulher, para isso paralisaram o centro da cidade com apoio do comércio, que não abriram as lojas enquanto aconteciam as manifestações (LEMOS, 2015).

Fica claro com o exemplo das manifestações o impacto das redes sociais no cotidiano e na ocupação urbana, mas esse impacto não se restringe apenas a esses movimentos. Campos (2020) aponta como a generalização da internet e dos dispositivos móveis tiveram impacto na forma como o espaço é vivido, caracterizando o que chama de culturas juvenis híbridas.

O autor considera o hibridismo numa dupla vertente. A primeira remete à forma como a tecnologia se apresenta cada vez mais como uma extensão do corpo humano. E a segunda está relacionada a forma como o mundo físico e sensorial encontra seu duplo hiper midiático. Conforme os sujeitos capturam imagens, gravam vídeos e compartilham isso pelas redes sociais acontece a construção de uma cidade digital fragmentada, produzindo um vai e vem entre o mundo sensorial e o virtual. Por isso faz pouco sentido estabelecer um antagonismo entre o mundo *offline* e *online* (CAMPOS, 2020).

Além das manifestações, também no ano de 2013, tem-se a emancipação do Balneário Rincão. Apesar da queda no número populacional, o município de Içara, em sete anos, praticamente recupera o número de habitantes cedidos ao município vizinho, tendo uma população estimada em 2020 de 57.257 habitantes (IBGE, 2020).

Junto do crescimento populacional tem-se, nos últimos anos, estampado nas manchetes de jornais da região, a transição do modelo econômico de Içara para a industrialização (FERNANDES, 2021; IÇARA, 2019; LEMOS, 2020; LIMAS, 2021; REDAÇÃO, 2018).

Fernandez (2022) aponta que as atividades industriais ainda estão tomando forma, dispendo de quatro distritos industriais localizados na Primeira Linha, Esperança, Poço Oito e Bairro Aurora. O fenômeno da industrialização no Brasil não é algo novo e está longe de ser. Para melhor entendê-lo, vamos a mais uma breve contextualização histórica.

Paralelo a expansão comercial tem-se a expansão industrial, os dois lados da moeda capitalista. É com o “boom” da industrialização dos países europeus e norte-americanos no século XIX que o espaço urbano passa por um processo de mudança acelerado. A exploração industrial, a exploração humana, a abolição das práticas monopolísticas, o surgimento da figura do trabalho livre, a implementação do mercado de trabalho e mercadorias aberto e competitivo, e a conquista e manutenção das colônias são exemplos das grandes transformações que deram origem a um novo modo de sociedade e, como consequência, de cidade (BRANDÃO, 2014). Como afirma Lefebvre (2001, p.11), “a industrialização caracteriza a sociedade moderna”.

O diagnóstico socioeconômico de Içara de 2001 apontou o desenvolvimento industrial, em conjunto com o desenvolvimento comercial, como elementos importantes que fizeram com que a cidade deixasse de se caracterizar unicamente como uma cidade-dormitório, onde a maior parte da população mantém residência em Içara mas trabalha e/ou estuda em Criciúma. Neste período, Içara contava com 217 estabelecimentos industriais e 213 estabelecimentos comerciais (varejistas e atacadistas) (NUERNBERG, 2001).

Dentre os estabelecimentos industriais, um dos que se destaca pelo seu impacto no próprio processo de urbanização e na identidade do município é a indústria do mel. Em 2016, a cidade passa a ser reconhecida como a Capital

Catarinense do Mel pela Lei Nº 16.913, de 29 de abril e 2016 (LEMOS, 2017). O município torna-se responsável pela maior produção estadual de mel, caracterizando-a como a “capital do mel”. Esse título, por sua vez, fez com que diversos equipamentos e estruturas urbanísticas adotassem uma identidade visual que se assemelha a abelhas e/ou favos de mel.

Nas últimas duas décadas, o município passou a aderir a estratégias de *city-marketing* vinculadas fortemente, num primeiro momento, à indústria do mel. O termo se refere a políticas estratégicas que buscam, por meio de discursos, meios e instrumentos de difusão, modificar a imagem subjetiva da cidade, a forma como ela é vista por aqueles que estão fora dela, de maneira a chamar sua atenção. Reitera-se que este “outro”, localizado fora do espaço da cidade, não é visto como um possível morador ou turista (por mais que o aquecimento do turismo seja uma das consequências dessas estratégias), mas sim como um investidor (PUJOL; COUTINHO, 2019; SÁNCHEZ, 1999, 2001).

A utilização dessas estratégias advém da pressão sobre o planejamento urbano oriunda de uma série de fenômenos globais e na diversidade de agentes econômicos que passam a agir com cada vez mais intensidade sobre o espaço urbano, exigindo requisitos de competitividade para a sua permanência em determinado local. Isso, por sua vez, conduz a submissão da lógica da competição e da gestão empresarial. A cidade passa a ser vista como uma empresa, que compete com outras empresas por investidores (SÁNCHEZ, 1999).

Esse processo de mudança subjetiva da cidade, localizado no discurso, leva a uma mudança objetiva que se dá no plano material, pois passa-se a ter a necessidade da imposição de imagens urbanas, representações do espaço, que mediados pelo político intervém no espaço para a renovação urbana. Trata-se de uma manipulação simbólica que leva a reestruturação urbana (SÁNCHEZ, 2001).

Por mais que atualmente o título de “Cidade do Mel” não seja mais veiculado com tanta frequência, as estruturas permanecem e ainda são construídas outras, como a revitalização da Praça da Matriz, representada na imagem abaixo, que traz consigo esses elementos, como os aros em formatos de favos de mel estendidos ao longo da praça.

Imagem 9 - Representação dos favos de mel na praça



Fonte: Acervo do autor

O resultado dessa estratégia que passou a ser adotada no município a partir de 2006 começa a ser visto na década seguinte. Ao tratar sobre o município de Içara, o Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 2019 aponta com dados de 2016 o comércio como o setor de maior número de empreendimentos e o segundo em geração de empregos, sendo a indústria o setor líder em empregabilidade.

Não por acaso esse processo tem início em 2006, sendo que entre 2004 e 2010 houve a duplicação do trecho sul da rodovia BR-101, construída na década de 1960 a rodovia translitorânea passa por dentro do município de Içara, englobando a microrregião de Criciúma (MARQUES, 2014). Juntamente da Rodovia Aristides Bolan (REIS; GOMES; GOMES; HACKENBERG, 2019), também conhecida como Via Rápida, inaugurada em 2017, caracterizam a relação neoliberal entre o Estado e o mercado no município de Içara.

O Plano de Desenvolvimento AMREC, realizado por meio do trabalho conjunto entre representantes da sociedade civil, setor produtivo e do governo dos 12 municípios que compõem a região, também aponta dados semelhantes. O documento destaca os setores da indústria e do comércio como predominantes no quantitativo de empregos, o quantitativo total tem a soma de

23.173 empregos, sendo a indústria responsável por 45,76% e o comércio por 26,08%. Apresenta também o setor de serviços como responsável por 23,96% desse quantitativo. A construção civil e a agropecuária aparecem com a menor representatividade, juntos possuindo 4,2% (LOPES *et al*, 2021).

Além de apontar os dados socioeconômicos, o plano apresenta uma lista de desafios e potencialidades existentes. Os desafios são apresentados em cinco grupos, sendo: 1) logística; 2) infraestrutura; 3) turismo e cultura; 4) questão ambiental e; 5) plano diretor. As potencialidades são agrupadas em três: a) turismo e lazer; b) plano diretor e; c) lazer. Dentre as potencialidades destacadas tem-se a construção de um complexo industrial, a expansão da malha ferroviária e a mina de carvão, assim como a construção de um porto seco (LOPES *et al*, 2021).

O que o Caderno de Desenvolvimento SEBRAE (SEBRAE, 2019) e o Plano de Desenvolvimento AMREC (LOPES *et al*, 2021) apresentam em contraste ao diagnóstico socioeconômico de 2001 (NUERNBERG, 2001) é que após um período inicial de diversificação no desenvolvimento dos pilares econômicos do município, nos últimos anos há uma maior presença e desenvolvimento do setor industrial.

Nesse contexto que se fala da industrialização, com o planejamento para a construção de complexos e distritos industriais ganhando destaque. E assim fica marcada a ideia de Içara enquanto uma cidade em transformação, que nas últimas décadas tem deixado seu enfoque na agricultura e na agropecuária e transacionado para um enfoque industrial. Como apresentado no capítulo de introdução deste trabalho, o que o poder público vem planejando para o futuro do município é a criação de zonas industriais, principalmente nos trechos localizados próximos a BR-101.

É a partir desse histórico que busco aqui caracterizar a cidade de Içara como uma cidade em transformação. De um distrito agroexportador a uma cidade-dormitório que busca, nas últimas duas décadas, ganhar destaque em diferentes setores econômicos. Como exposto no decorrer do capítulo, essa transformação está pautada pela ideia do progresso (MENDES, 2005), que inicialmente se dá com os trilhos do trem, mas que com o tempo guia ao desenvolvimento de outras áreas, como a industrial.

Reitera-se que essa transformação não é pautada apenas por ideias, mas também é movimentada pelas disputas de poder e espaço, assim como negociações entre diversos atores sociais. Por sua vez isso revela que Içara não se transforma apenas pelo planejamento do poder público, mas também pela interação desses diversos atores.

### 3 COTIDIANO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

*"[...] A vida cotidiana é a mesma em outros lugares? É diferente ou específica? Hoje em dia, os franceses não imitam, não simulam, bem ou mal, o americanismo? Onde ficam as resistências, às especificidades? [...]" (LEFEBVRE, 1991, p.32).*

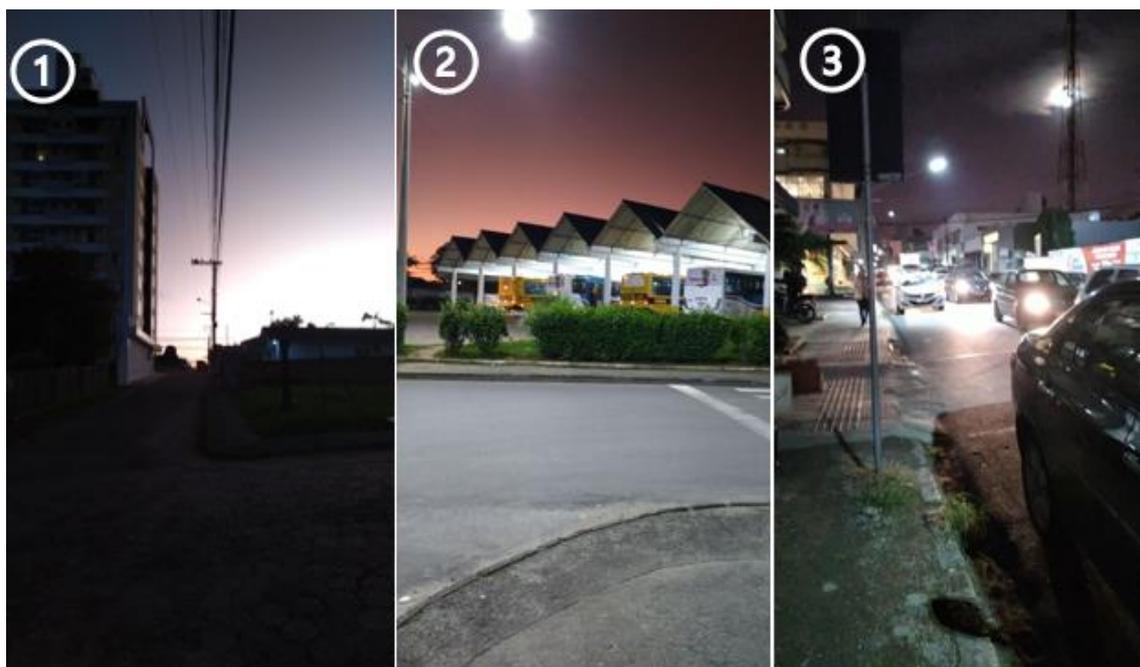
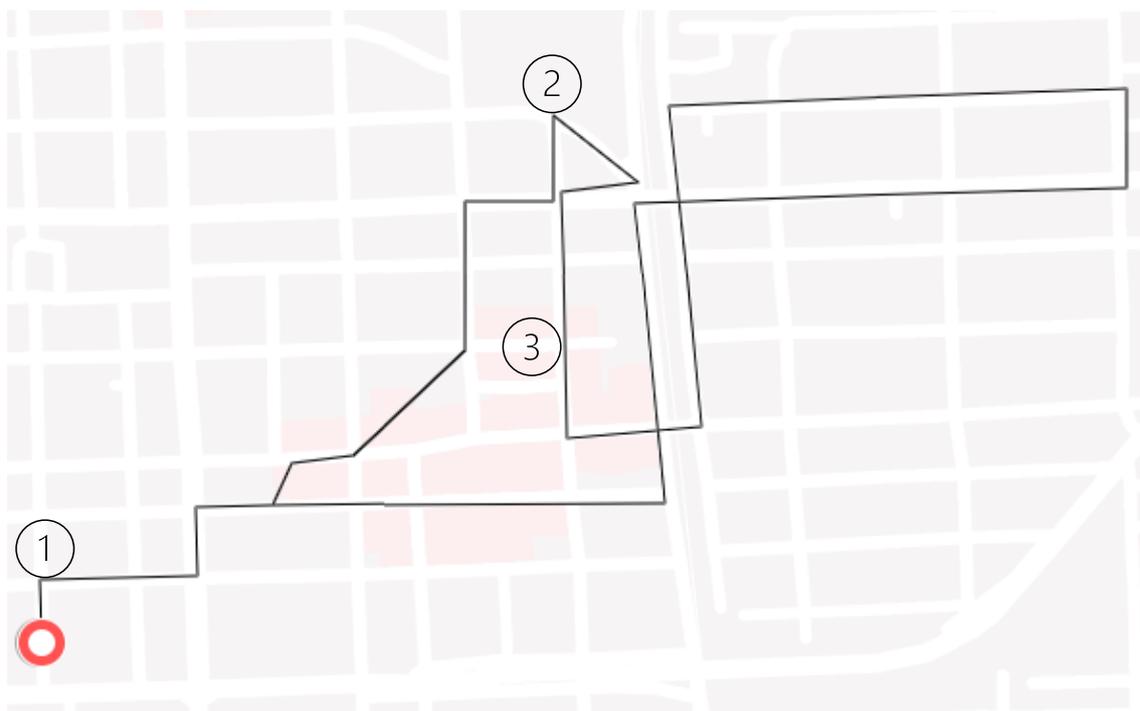
É buscando responder essas perguntas suscitadas por Lefebvre que esse capítulo foi construído. Não se pretende aqui estabelecer um anacronismo entre a França do século XIX e Içara do século XXI, pois o esforço necessário para elaborar um texto nesse sentido não levaria a uma produção que satisfaz os objetivos propostos. Mas entendendo Lefebvre como um autor essencial para discutir o cotidiano, a partir dele (que fala da França do século XIX), podemos discutir os conceitos teóricos e trazê-los para observar a realidade içarense.

A análise do fenômeno urbano pensada aqui não pretende se pautar apenas numa visão burocrática e arquetônica, distante da realidade vivida na cidade. Como dito no percurso metodológico, pretendo desenvolver um olhar aproximado, de dentro do município de Içara, aproximando-se aqui do que trata Nóbrega (2017, p.29): "É no sentido da realização da vida que os estudos sobre a reprodução do espaço ganham centralidade [...]".

É para isso que nos meses de junho e agosto de 2022 passei a frequentar ativamente o Centro de Içara, não apenas como morador, mas também como pesquisador. No dia 13 de junho, havia saído de casa próximo das 18 horas, no intuito de observar o centro durante o horário de encerramento das atividades comerciais. No caminho me encontrei com um conhecido que me convidou a caminhar com ele. Disse estar com pressa, pois precisava pegar o ônibus para a faculdade. Poucas palavras eram ditas enquanto andávamos rapidamente em direção à rodoviária.

A imagem a seguir (imagem 10) apresenta o processo caminhatório realizado no dia 13 de junho. Nela está destacado com as setas azuis o trajeto realizado, e as fotografias são recortes de um olhar próprio sobre o caminho percorrido.

Imagem 10 - Processo caminhatório (13 de junho)



Fonte: Acervo do autor.

Este processo tem início na Rua Paulo Rizzieri, próxima a SC-445, destacado pelo ponto vermelho no mapa. A fotografia número 1 se dá no cruzamento com a Rua Amaro Maurício Cardoso, a qual sigo até seu cruzamento com a Rua Sete de Setembro, onde viro logo em seguida para a Rua Henrique Lages. Em meio a Rua Henrique Lages, cruzamos um estacionamento aberto

para a Rua Coronel Marcos Rovaris, de forma a economizar tempo e chegar mais rápido em nosso objetivo. Nos aproximamos da Praça da Matriz às 18 horas, o horário ficou claro com o badalar do sino da igreja. Cruzamos a praça em reforma, em direção à Rua Duque de Caxias, quando tropecei em uma lajota solta e quase cai, mas consegui recuperar o equilíbrio e seguir caminhando. Quando olho para frente a pessoa a qual acompanhava já estava a passos de distância, observo que, em meio a pressa, não viu eu quase caindo. Aumentei os passos para alcançá-lo.

Chegamos na rodoviária e de prontidão (imagem 10, fotografia número 2) vimos o fluxo de ônibus, logo me despedi e então fiz o caminho inverso, agora contra o fluxo de pessoas que caminham em direção a rodoviária, a maioria jovens, com mochilas nas costas e fones de ouvido, alguns olhando para o celular e outros para o chão. Ficou claro, também, o aumento no fluxo dos carros, pois com o fechamento do centro comercial às 18 horas começa o “horário de pico”, com o retorno das pessoas às suas residências ou a caminho da próxima atividade do dia.

Esse breve relato é um dos que compõem minhas observações sobre o dia-a-dia do centro da cidade e é a partir dele que vamos, inicialmente, refletir sobre esta. A escolha deste relato está pautada nos exemplos práticos que serão destrinchados teoricamente a seguir.

Para tal é necessário o desenvolvimento de alguns conceitos, estes expressos no título desse capítulo, a fim de sustentar e complexificar a preterida análise. Começamos pelo mais amplo dos três, aquele que em meu julgamento engloba os outros dois e nos permite olhar para o dia-a-dia da cidade: trato aqui do conceito de cotidiano. Para iniciarmos a discussão fica aqui sua conceituação para Lefebvre (1991, p.20):

[...] Esse campo, esse domínio não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou “objetal”) de objetos classificados em categorias (roupas, alimentação, mobília etc.). Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidade, trabalho, diversão – produtos e obras – passividades e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis).

Como expresso pelo autor, o cotidiano não se resume apenas a recortes isolados de momentos e objetos que permeiam a vida comum, mas traz consigo justamente essa ideia de campo, que engloba esses momentos, esses objetos e suas interações em relações complexas que por meio de repetições se reconstituem ou se transformam. Para tanto é que afirma Lefebvre (1991, p. 35): “Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). [...]”. Assim, como expresso no capítulo introdutório deste trabalho, parte do materialismo histórico-dialético para abordar as ideias de sociedade, ideologia, cultura e produção a fim de caracterizar a cotidianidade francesa do século XIX.

É a partir desses conceitos que se estabelece sua crítica ao cotidiano, pois a partir do século XIX, com o crescimento da economia mercantil e monetária, passa-se a ter uma generalização do mercado que, por sua vez, começa a afetar as pessoas, as relações e todo o mundo à sua volta. A ruptura entre o público e o privado, a ascensão do individualismo e a acentuação da divisão do trabalho são alguns exemplos da constituição da cotidianidade (LEFEBVRE, 1991).

Sendo o cotidiano esse movimento, que produz, reproduz e se modifica não levaria também a mudança dessa lógica capitalista? Como ela se sustenta em meio a esses processos complexos?

Um dos conceitos que pertence à crítica de Lefebvre ao cotidiano é a alienação. Ela que desempenha a função, segundo o autor, de afastar o cotidiano de suas qualidades e transformar o sujeito criativo em passivo: “[...] uma alienação específica transforma a pobreza material em pobreza espiritual, impedindo que a riqueza seja libertada das relações constitutivas do trabalho criador conectadas diretamente com a matéria e com a natureza. [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 26).

E assim fica clara a crítica ao cotidiano que o autor propõe. Com a revolução industrial no século XIX, a lógica de mercado, ideologia do capitalismo, é inserida no cotidiano que, por sua característica produtiva e reprodutiva, passa a ser contaminado por ela. A cultura, as relações sociais (e de classe), também produzidas e reproduzidas nesse conjunto social, passam a ter essa mesma ideologia como base levando a alienação do sujeito revolucionário, que imerso nesse cotidiano fica refém dele.

Outro autor que também discute a passividade, a cidade e a modernidade é Richard Sennett em sua obra “Carne e Pedra” (2020). Aqui a passividade retratada pelo autor é a sensorial, a privação tátil imposta pela modernidade por meio da experiência da velocidade que leva transformação do espaço num lugar de passagem: “A condição física do corpo em deslocamento reforça essa sensação de desconexão com o espaço. Em alta velocidade é difícil prestar atenção na paisagem. [...]” (p.16-17).

Simmel (2015), ao tratar sobre as transformações psicológicas que se deram com as grandes cidades a partir da modernidade, caracteriza o que denomina como a “intensificação da vida nervosa”. O autor aponta que a rápida concentração de imagens em movimento, a velocidade e a variedade da vida econômica, profissional e social criam condições psicológicas que exigem uma oposição profunda em relação a cidade pequena e a vida no campo, fala assim do cidadão das grandes cidades como um sujeito que precisa desenvolver sua intelectualidade, aspecto de sua consciência, para lidar com a variedade de fenômenos que ocorrem nas cidades.

Sennett (2020, p.326) reitera que é no século XIX que o planejamento das cidades passa a visar a circulação de multidões, mas, ao mesmo tempo, busca desencorajar movimentos de grupos organizados: “Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se cada vez mais desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços[...]”.

Apesar de tratarem de temas parecidos, Lefebvre (1991) e Sennett (2020) têm diferenças fundamentais. O primeiro fala da passividade do sujeito revolucionário, que imerso na cotidianidade perde sua capacidade criadora. O segundo fala da passividade do corpo, que perde os sentidos conforme passa a vivenciar o cotidiano com mais velocidade.

Se fossemos transportar esses conceitos que surgem na França do século XIX (Lefebvre) e nos Estados Unidos do século XX (Sennett) para a Içara do século XXI, teríamos estes traduzidos na imagem dos jovens e trabalhadores do relato explicitado no começo deste capítulo. O uso de fones de ouvido, o olhar constante para o celular e a pressa que limita o olhar remete fielmente a anestesia corporal que Sennett (2020) expõe. E a reprodução dessas relações, a rotina metódica do centro comercial, remete à passividade de Lefebvre (1991).

Essa é vida cotidiana fragmentada, pautada pela rotina:

[...]Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre da sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô super lotado, para o escritório ou para a fábrica, para retornar à tarde o mesmo caminho e recuperar as forças para o dia seguinte.[...]. (LEFEBVRE, 2001, p. 118).

É a essa rotina que o autor atribui um quadro de miséria generalizada, onde o lazer se torna uma peça fundamental para a constituição desse cotidiano alienante, que utiliza desses momentos de fuga para projeção do mal-estar gerado em seu próprio seio. Nesse sentido, as festas e eventos que serviriam como “distração” para esse mal-estar acabam contribuindo com a manutenção desse mesmo cotidiano. Como aponta Ouriques (2006), a própria fuga é um evento cotidiano.

Apesar a crítica cotidiana de Lefebvre (2001) pautar grande parte da construção do conceito de cotidiano nesta dissertação, minhas escolhas teóricas me levam a elaborar esse conceito em outro aspecto. Refiro-me aqui as 'maneiras de fazer' que Certeau (1998, p.41) aponta como uma contrapartida “[...]procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina não se conformam com ela a não ser para alterá-los[...]”. São práticas cotidianas que apontam resistências contra o próprio cotidiano alienante.

São as “astúcias” (CERTEAU, 1998) desses sujeitos do cotidiano que dão novos sentidos aos produtos, valores e ideias impulsionados pelos gestores da vida pública. Essas astuciais esvaziam as pretensões de uniformização e obediência ao par que ressignificam os objetos e os adequam a novos interesses, assim, conforme Souza Filho (2002), a hipótese central dessa perspectiva é a de que o consumo de ideias, valores e produtos pelos sujeitos do cotidiano não é uma prática passiva.

A ressignificação desses objetos por sua vez se dá por meio das estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) empregadas pelos sujeitos. Bussinger e Araújo (2019) apontam que a perspectiva certeuriana possibilita a compreensão de fenômenos sociais a partir do jogo articulado dessas duas práticas numa disputa por espaço através de uma relação de “dominação X microliberdade” ao par que não há a quebra dessas relações sociais.

A exemplo disso, no município de Içara no mês de agosto, tem-se a Festa de São Donato, um evento realizado em honra ao santo padroeiro da

cidade. A festa é realizada anualmente em frente a Paróquia São Donato. Como mostrado no primeiro capítulo, a constituição da paróquia data de um longo período de conflito, desde o início da construção de sua capela em 1923 até a do Hospital São Donato em 1970. Apesar de intensa, a disputa não impedia a realização das festas em homenagem ao santo padroeiro, chegando em sua 72ª edição em 2022.

Nas últimas duas décadas, a festa tem, durante a sua realização, ocupado a Praça da Matriz São Donato, assim como os trechos da Rua Duque de Caxias e Rua Altamiro Guimarães que circundam a praça. A primeira é utilizada para a exposição de brinquedos festivos, como roda gigante e carrinho de bate-bate. A segunda é transformada em uma área de alimentação, como pode ser acompanhado na imagem abaixo (Imagem 11), para a comercialização de comidas de rua e bebidas, enquanto na região da praça em frente a paróquia é estabelecido um palco (imagem 12) para as apresentações e atividades culturais da festa.

Imagem 11 - Praça de Alimentação



Fonte: Acervo do autor.

Imagem 12 - Palco



Fonte: Acervo do autor.

No ano de 2022 a festa foi realizada juntamente com o primeiro Festival das Etnias, que aconteceu entre os dias 30 de julho e 6 de agosto, cobrindo a primeira semana do mês. Durante a semana, entre o dia 31 e o dia 6, houve apresentações culturais e musicais referente a etnia dos primeiros imigrantes da região.

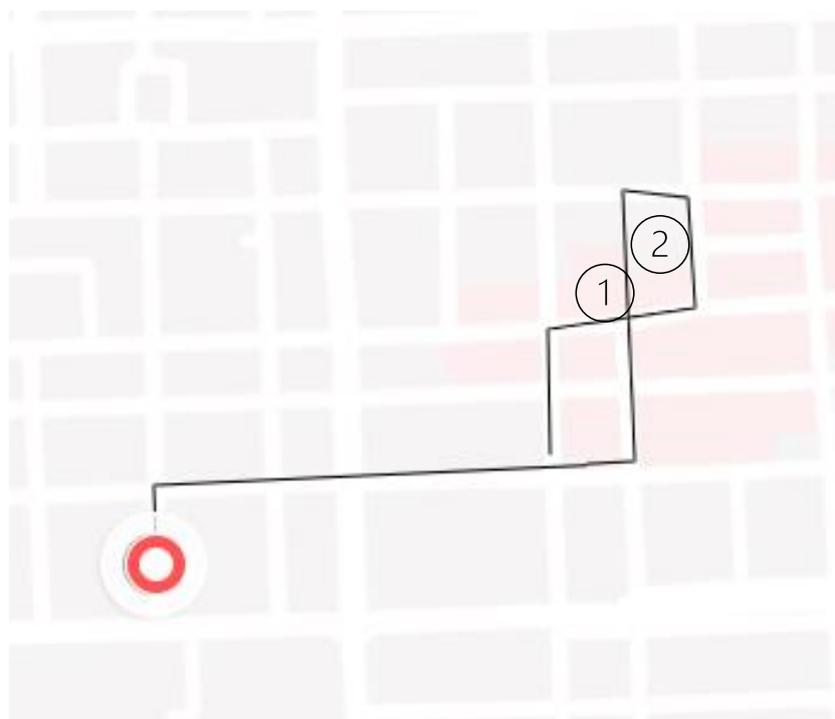
Ainda no capítulo sobre a história de Içara apontei o movimento de negacionismo histórico no Sul do país e o processo de enaltecimento dos imigrantes europeus. O Festival das Etnias é um evento que permite retomar essa discussão e aprofundar ela em alguns pontos. As apresentações que se deram do dia 31 ao dia 6 tinham cada dia dedicado a uma etnia específica: alemã, polonesa, açoriana, italiana e “etnia afro”.

Cada dia contava com uma apresentação de música e dança tradicional e o compartilhamento de uma bebida específica oriunda da região de determinada etnia. Percebe-se nesse sentido um processo de heterogeneização dos países europeus por meio de uma valorização das tradições, do passado e dos desafios enfrentados pelos imigrantes que chegaram na região. Por outro lado, fica nítido o processo de homogeneização dos pais africanos sob o guarda-chuva da “etnia afro”.

Rwabyoma (2013) aponta que o processo de homogeneização acontece a partir do dualismo estabelecido entre a modernidade, associada ao avanço tecnológico do ocidente, e a tradição, associada ao passado e ao atraso. Reitera que a modernidade global é ideológica e politicamente marcada pela cegueira frente aos processos de dominações globais, sua base ocidentalizada e sua tendência universalizante.

Na noite do dia 04 de agosto, eu havia ido à festa para assistir à apresentação da etnia afro. O processo caminhatório realizado no dia pode ser visto na imagem a seguir (imagem 13). Similar a imagem apresentada no início do capítulo (imagem 10), essa aponta o trajeto realizado no dia, assim como algumas fotografias que apresentam um recorte do que foi visto.

Imagem 13 - Processo caminhatório (4 de agosto)



Fonte: Acervo do autor.

O trajeto para a Praça da Igreja Matriz teve início na Rua Paulo Rizzieri (destaque vermelho). Virando na Rua Amaro Mauricio Cardoso sigo o trajeto até a Rua João Lodeti, a qual sigo até a praça. A fotografia 1 apresenta a entrada da Festa de São Donato, enquanto a fotografia 2 mostra o palco principal com o público circulando-o.

Cheguei na praça quando um dos grupos de pagode que tocava nesta noite estava terminando de preparar o palco. Para as pessoas, está sendo servido caldo de feijoada. Após algumas músicas, o interlocutor do evento convida ao palco as "autoridades" (pessoas com destaque na comunidade) que passam a tecer comentários e falas sobre a realização do evento. Dentre elas, uma me chamou atenção: "A etnia são etnias, mas a raça é uma só, a raça humana!".

Esse episódio permite incluir a essa discussão sobre o cotidiano a questão da diversidade cultural e da interculturalidade. O Relatório Mundial da Organização das Nações Unidas Para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO) de 2009 traz definições para esses conceitos. Segundo o relatório, a diversidade cultural é um fato que, com a globalização dos intercâmbios, passou a ser banalizado, sendo convertida também numa questão social. Assim, com o mundo culturalmente diverso, se faz essencial o desenvolvimento do diálogo intercultural.

É a partir dessas definições que Pereira (2016, p.105) aponta as competências interculturais como essenciais para o estabelecimento do diálogo intercultural: "[...]conjunto de capacidades necessárias para um relacionamento adequado, embora de difícil operacionalização, com os diferentes[...]". Assim poderíamos definir a interculturalidade como uma forma de conceber a diversidade cultural que, conforme Nascimento (2014, p.2), "não apenas reconhece a coexistência de grupos étnicos e culturalmente distintos, como também traz à tona as diferentes formas de interações históricas, de conflitos e de diálogos entre esses grupos".

Ao tratar sobre a interculturalidade Walsh (2009) aponta que as reformas educativas e constitucionais na América Latina dos anos 90 rumaram no sentido de reconstituir as relações entre a sociedade e o Estado, de forma a diminuir os conflitos étnicos para incrementar ações econômicas. Faz então a distinção entre a interculturalidade funcional, compatível com a lógica neoliberal existente,

que faz uso do discurso da diversidade cultural, mas não questiona os dispositivos que mantêm a desigualdade. E a interculturalidade crítica, que parte do problema do poder e seu padrão de racialização, sendo uma construção daqueles que foram subalternizados.

Retomando a fala realizada na Festa de São Donato vemos claramente o caráter acrítico, que faz uso do discurso da diversidade cultural, mas não reconhece e se aprofunda nos dilemas vividos pela população negra na própria história do município. Como apresentado no capítulo sobre a formação do município, a população negra tem um longo histórico na consolidação da cidade, não só pela sua participação na exploração do carvão (SILVA, 1993), mas também nos períodos em que o pilar econômico e cultural da região se pautava na agricultura (FERNANDES, 2006, 2022), como foi exposto por Silva (1993), na região houve pelo menos quatro famílias escravagistas.

Mesmo sendo um evento promovido pelo poder público, permeado por uma interculturalidade que sublima os conflitos raciais, com falas de “autoridades” que desconsideram as tensões raciais existentes no município, não impede a manifestação e o emprego de táticas que fazem uso deste evento para passar outra mensagem. Como o caso da apresentação de dança que sucedeu a fala. Onde uma mulher negra dança sozinha no palco trazendo na música a resistência e a quebra de correntes da população negra como tema principal, enquanto encara a multidão.

## Imagem 14 - Dança



Fonte: REDAÇÃO (2022)

A imagem 14 é o recorte de um olhar sobre esse momento. A dançarina sobre o palco dançando sob as cores da bandeira da África do Sul logo após a fala das “autoridades” que desconsideram os conflitos étnicos da região. Retoma-se aqui “astúcia” mencionada por Certeau (1998), que leva aos movimentos de microresistência do cotidiano, pois a música que acompanha a dança e sucede a falar enfatiza justamente estes conflitos.

Outra situação que exemplifica a interculturalidade funcional se dá com os imigrantes que trabalham no comércio informal, como vendedores ambulantes, nas ruas do centro.

Conforme caminhava a noite pelas ruas, no dia 23 de setembro, escutei a conversa de um segurança local com outro homem. O segurança relatou que na noite anterior alguém havia escrito “Negro” e “alguns símbolos” na parede em frente ao ponto de venda de um dos vendedores. Como a parede em questão pertence a uma filial de uma ótica de renome, a mensagem teria sido apagada antes mesmo do comércio abrir. Fiquei aguardando os dias seguintes por alguma reportagem ou matéria na imprensa local sobre o ocorrido, mas nada foi publicado. Conversei com alguns amigos e colegas que frequentam a área e esses também nada ficaram sabendo.

No dia 15 de agosto, saí para mais um caminhar pelo centro da cidade. Passei rapidamente pela Praça Matriz, pois havia decidido observar outra praça próxima, a Praça da Juventude. A caminho da praça passei por um bar, um estabelecimento antigo na cidade. O que me chamou a atenção e me fez parar não foi o estabelecimento em si, mas a roda de conversa que estava formada em frente. Ao passar ao lado, reparei no sotaque, ao tentar identificar sobre o que estavam falando percebi que não falavam português, eram um grupo de imigrantes.

Se analisarmos a cena pela ótica de Lefebvre (1991), podemos caracterizar esse momento de lazer como o cotidiano alienante, e esses imigrantes como sujeitos passivos inseridos na rotina do cotidiano. Mas se levarmos em conta a situação dos imigrantes, perceberemos que não faz parte da rotina do cotidiano se encontrar em um bar para conversar em sua língua nativa. Não seria esse um movimento de resistência? Não um momento de lazer alienante, mas um momento de lazer onde há um reencontro com sua cultura, a reafirmação de sua própria identidade pelo outro.

São casos como esse que são 'maneiras de fazer' onde os sujeitos se reapropriam do espaço organizado pelo poder hegemônico, fazendo uso das técnicas desse poder para passar uma mensagem outra, não submissa à alienação. Como aponta Certeau (1998, p.41-42) é a "astúcia" que compõe "a rede de uma antidiplina".

### **3.1 Encontro, passagem e cotidiano**

No dia 01 de agosto, havia saído de casa às 8 horas da manhã para caminhar pelo centro antes da abertura do comércio. Neste trajeto reparo que as lojas ainda estão fechadas e há pouco fluxo de pessoas. As poucas que passam por mim trajam uniformes e se dirigem às lojas que ainda se encontram fechadas. Os trabalhadores da construção já se encontravam em seus postos. O barulho das máquinas de serrar madeira e as marteladas ecoavam pelo centro. Sentadas nos degraus da igreja, algumas mulheres, também uniformizadas, tomam um café compartilhado. Conforme passo por perto elas ficam em silêncio e me olham, desejo um bom dia à elas, o qual me é devolvido. Só retomam a conversa quando saio de vista.

Circulei a praça até que decidi sentar-me em um ponto específico para observar o movimento. Há um banco no cruzamento da Rua Coronel Marcos Rovaris com a Rua Duque de Caxias (Imagem 15).

Imagem 15 - Cruzamento



Fonte: acervo do autor.

O cruzamento se tornou um ponto privilegiado para observar o dia a dia dessa região. A partir dele era possível ter a vista da extensão das ruas citadas anteriormente, podendo acompanhar o movimento dos principais pontos e rotas do comércio. Paralelo a isso era próximo desse cruzamento em que os vendedores ambulantes armavam seus pontos. Também era possível ter uma vista parcial da Praça da Matriz.

Sentado nesse ponto, direcionei meu olhar para as atividades do comércio, que ainda se encontrava fechado. Apesar disso, foi instigante observar a relação entre os vendedores e proprietários que, conforme se cruzam nas calçadas, param para conversar uns com os outros. Em meio aos preparativos para abrirem as lojas, falam sobre viagens, sobre a reforma da praça que está ocorrendo. Um deles me chamou a atenção, o vendedor de bilhetes de loterias. Quando parei para pensar, não consegui recordar um momento em que ele tenha chegado, me pareceu que foi o primeiro a chegar ali e, quando eu cheguei, já estava em sua bancada na calçada.

Conforme o tempo passa, me chama cada vez mais atenção, todos param para conversar com ele. Desde o proprietário da loja de bijuterias ao chaveiro. Carros reduzem a velocidade para cumprimentá-lo e ele faz questão de cumprimentar todos. Contam de suas viagens para ele e ele, por vezes, puxa assunto sobre a reforma da praça. Conforme o tempo passa, outras pessoas chegam e cada uma tem o seu tempo de prosa com ele.

Já explicitamos aqui os impactos que a revolução industrial no século XIX e a modernidade tiveram no dia a dia dos sujeitos. No contexto do tempo a velocidade (SENNETT, 2020) ganha um destaque fundamental, pois falar sobre o tempo enquanto constructo social é também falar sobre a sua passagem e as modificações que sofreu com o seu próprio passar.

Ao falar sobre o destaque que o relógio passa a ter nas cidades a partir da revolução industrial, Mumford (1998) aponta para a submissão da sociedade à lógica de mercado capitalista. O tempo passa a ser o das fábricas, da indústria e do trabalho. Vérias (2001) aponta que na cidade contemporânea, constituída por espaços heterogêneos, a presença humana atribui um caráter dinâmico ao tempo, transformando o tempo natural em tempo humanizado.

Ao tratar da condição pós-moderna, Harvey (1992) aponta para a relação material que existe entre tempo, trabalho e capital. Ao caracterizar a cidade como uma cidade mercadoria demonstra que os marcadores de tempo passam a dominar o espaço urbano, pois a cidade não pode ser um empecilho para o avanço da produtividade.

É com base nesse contexto que Vérias (2001, p. 7) aponta:

O sistema viário precisa permitir fluxos rápidos (da força de trabalho, dos consumidores, das mercadorias), e os transportes coletivos também deveriam funcionar como verdadeira “máquina” (e essa foi uma das inspirações do urbanismo modernista). Assim, o espaço pôde dominar o tempo, e a aglomeração fordista fez com que a metrópole fosse encarada como algo a ser domado, disciplinado, ordenado.

Esse domínio do capital sob o espaço da cidade se dá, principalmente, pela propriedade privada. Carlos (2017, p.18) aponta que no atual processo de reprodução espacial, “[...]o espaço, enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, constituindo-se em raridade”. A autora remete à

privatização do solo urbano como condição da reprodução da cidade no capitalismo e assim estabelece sua própria contradição, pois ao mesmo tempo é produto da acumulação.

Para a autora, a questão do tempo está diretamente associada ao uso do espaço, e a vida cotidiana seria o local onde essa relação entre tempo e espaço pode ser entendida. O tempo da vida cotidiana, embriagado pelas constantes transformações no espaço urbano, levam a “[...]constantes transformações nos tempos urbanos da vida, dos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços públicos, como por exemplo, aquele da rua” (CARLOS, 2017, p. 28).

O relato que abre este tópico sobre o tempo revela o caráter dinâmico do espaço e da vida cotidiana na cidade de Içara. Para os trabalhadores da construção civil é um local de trabalho. Para os funcionários uniformizados é um local de passagem (SENNETT, 2020). Silva e Neto (2011) definem espaços de passagem como aqueles que estão entre um ponto de origem e de destino. Para os autores os espaços de passagem estão diretamente vinculados ao conceito de rede geográfica.

Corrêa (2011) compreende rede geográfica como as redes sociais especializadas, onde a espacialidade e a natureza social são suas características distintivas passíveis de serem analisadas a partir de três dimensões: organizacional, temporal e espacial. Apontando uma abordagem multidimensional que, segundo Dias (2020), caracteriza redes geográficas e lugares como coconstitutivos e adaptativos.

Apesar das calçadas serem pré-determinadas como um lugar de circulação, portanto, um espaço de passagem, Person (2010) chama atenção para o fato de que por motivos culturais esses lugares se transformam em espaços de convívio: “sendo assim, os espaços de permanência e passagem podem adquirir um caráter físico de forma pontual, em espaços de convívio e lazer, como de forma linear, em espaços de circulação (calçadas)” (PERSON, 2010, p.4).

É este movimento que percebi no centro de Içara, os degraus da igreja se tornam um espaço para a socialização, e a calçada um espaço de prosa para os vendedores e gerentes do comércio. Nesse sentido, esses encontros promovidos na dinâmica do dia a dia fazem com que o espaço público passa a

ser habitado de outras maneiras. Evoca-se aqui Certeau (1998) para afirmar que, por meio de suas táticas e astúcias, os sujeitos moldam os sentidos da cidade, por mais que o poder público já tenha pré-determinado a função de certo espaço.

Estes relatos também demonstram o que Carlos (2017) aponta como a articulação do espaço e do tempo como prática socioespacial. A autora ressalta que as relações que os indivíduos estabelecem com os espaços perpassam o corpo (p. 30): “[...] a prática socioespacial tomada globalmente supõe o uso do corpo, emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais, gestos do trabalho e das atividades fora do trabalho, isto porque o próprio corpo aparece como um elemento espacial.”. Como Sennett (2020, p.15) aponta “[...] as relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se vêem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam”, assim situa que as relações estão pautadas pelos sentidos.

Frente a essas colocações é importante ressaltar que, além de um elemento espacial, esse corpo precisa ser entendido como algo socialmente construído, onde ele é atravessado por diversas outras dimensões que complexifica a presença deste no espaço. Le Breton (2012, p.157) reitera que a afetividade se mescla com a apreensão sensorial, assim “um halo emocional atravessa todas as trocas e apoia-se nas entonações de voz, na qualidade da presença, nas maneiras de ser, nas encenações da aparência etc”. Fala-se de um corpo não apenas biológico, mas que também é trespessado pelos elementos da modernidade (SENNETT, 2020).

A calçada aparece como um espaço de socialização dos corpos masculinos. Por sua vez, os corpos femininos têm esse espaço de socialização nos degraus da igreja. Quando atravessa a calçada a tem como um local de passagem.

Durante a tarde, o fervor do centro comercial (LEFEBVRE, 1991) toma conta. O comércio fica movimentado, a velocidade se torna a característica marcante desse período. As pessoas transitam entre as lojas, passam pela praça com pressa, se param é para olhar as vitrines do comércio. Nesse horário não há pessoas sentadas nos degraus da igreja. Os vendedores ambulantes andavam para lá e para cá.

À noite, após o horário de pico que procede o fechamento do comércio há outra mudança drástica na ocupação desse espaço. A igreja, que de manhã

tem seus degraus como um local de sociabilidade, vira refúgio para as pessoas em situação de rua. Nas andanças pela praça durante o mês de agosto, isso foi uma das características mais marcantes. As pessoas se aproximam da igreja por volta das 8 horas da noite, demarcam seu local no espaço com seus objetos (bicicleta, cobertores), e antes mesmo dos primeiros vendedores chegarem durante a manhã já partem.

A dinâmica da ocupação espaço-tempo é clara. O espaço ganha um sentido diferente conforme o corpo que o habita e o horário do dia. E, mais uma vez, isso demonstra que o habitante do cotidiano não é apenas um sujeito passivo, mas sim um sujeito que, em meio a dinâmica cotidiana está constantemente dando novas respostas a estímulos (SENNETT, 2020) e, para além disso, elabora estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) numa complexa prática socioespacial (CARLOS, 2017). Constrói estratégias a partir de sua própria condição.

Frente a esses apontamentos retoma-se Lefebvre (1991), quando aponta que a mudança do cotidiano só é possível a partir do momento em que ele se torna insustentável. Reitera-se que o sujeito a qual o autor se refere é o sujeito revolucionário, assim a mudança citada é uma mudança revolucionário.

Acontece que, para grupos subalternizados e pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas em situação de rua, imigrantes e a população negra que tem sua história invisibilizada pelo poder público, que vivenciam no cotidiano diversas violências, o cotidiano já não é sustentável há muito tempo. Por isso, olhar para o cotidiano para além da perspectiva material e de classe é importante.

Em um país com uma desigualdade social tão grande e uma mobilidade social tão pequena, como aponta o relatório da OECD (2018), questões raciais e de gênero passam a ser essenciais para entender o quão insustentável esse cotidiano é para determinados grupos. Nesse sentido, (sobre)viver em uma realidade que é perpassada constantemente por situação de violência, em suas inúmeras formas, não retrata a passividade, pois nesses casos viver é um ato de resistência.

#### 4 DO DIREITO À CIDADE AO FAZER CIDADE

Como apontado na Introdução deste trabalho, o direito à cidade, inicialmente discutido por Lefebvre (2001), passou a ser associado por alguns pesquisadores (AMANAJÁS; KLUG, 2018), na primeira década do século XXI, a Leis e aparatos jurídicos que buscavam garantir a participação popular no planejamento dos centros urbanos. No Brasil, isso se deu a partir de 2001 com o Estatuto da Cidade e seus instrumentos urbanísticos (PINHEIRO, 2012), dentre eles o Plano Diretor Participativo, que ganha destaque pelo caráter de ordenamento das relações sociais (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Apesar de priorizar a participação popular, Azevedo (2021) aponta que o Plano Diretor Participativo tem fracassado em promover o desenvolvimento inclusivo das cidades brasileiras. Segundo o autor, a classe política não prioriza medidas que melhorem a comunicação entre membros da sociedade e do poder público, o que acaba inviabilizando a participação popular na tomada de decisões, uma vez que essa população não consegue ver no Plano Diretor a possibilidade de uma vida melhor nas cidades.

Paralelo a isso, estudos como o de Santos e Marchetti (2021) mostram que não existe fiscalização no que concerne a aplicação da Lei do Estatuto da Cidade e no uso de seus instrumentos, dentre eles o Plano Diretor. Ademais Pereira (2017) aponta que o desconhecimento de urbanistas da articulação entre espaço urbano, estrutura social e relações de poder leva a construção de planos descolados da realidade, onde a dinâmica da cidade é inicialmente desconsiderada no planejamento, pois primeiro se imagina uma cidade idealizada e depois busca-se moldar a cidade real com base nesse ideal.

Ao analisar o Plano Diretor de Florianópolis, o autor consta que a composição política do governo municipal estava claramente ligada às forças econômicas locais, e assim denuncia um movimento que acontece em outros municípios do país: a delegação da construção do Plano Diretor à empresas de consultoria. Isso leva a construção do plano a ser algo fechado, diluindo seu caráter participativo (PEREIRA, 2017). Com isso percebe-se que apesar da participação popular estar garantida, de acordo com a legislação, na elaboração do Plano Diretor, não é isso que a realidade vem apresentando.

Ao discutir o planejamento urbano a partir do urbanismo humano MirafTAB (2017) aponta a necessidade de uma virada ontológica na teorização das práticas de planejamento. Do mesmo modo que Pereira (2017), a autora aponta que os planejadores estão a serviço do bem privado e isso tem levado a uma crise de identidade e legitimidade, pois enquanto profissão o planejamento urbano atende (ou deveria atender) ao bem público. Caracteriza assim uma “esquizofrenia do planejamento” que desde Chicago até Mumbai tem promovido um planejamento descolado da realidade daqueles que vivem nesses centros urbanos.

No contexto içarense, o primeiro Plano Diretor aprovado se deu em 1991 pela Lei Nº842, que dispõe sobre o zoneamento e adequação do uso às zonas e regula a ocupação e uso do solo urbano no município, caracterizando assim o Plano Diretor Físico Territorial do Município (IÇARA, 1991). Nesse primeiro documento, o viés tecnicista e reducionista que se dirige apenas ao planejamento territorial do município fica em evidência, a preocupação aqui é classificar as zonas (residências, mistas, industriais, de interesse turístico, entre outras) e realizar a adequação do uso das mesmas a partir de critérios técnicos.

Mesmo após a aprovação do Estatuto da Cidade, que estabeleceu um prazo de cinco anos para a elaboração do plano, o Plano Diretor Municipal de Içara só foi revisto no ano de 2018, sob três razões principais que são elencadas no próprio documento. A primeira pela falta de revisão do primeiro plano, seguida pela necessidade de adequação às diretrizes do Estatuto da Cidade e a terceira sendo o fato do município estar passando por um processo de crescimento (IÇARA, 2018).

O projeto de lei aponta que a revisão, que se deu ao longo de três anos, teve como base a ampla participação da comunidade por meio de delegados eleitos em oito regiões e a escolha de membros do Núcleo Gestor e Núcleo Executor, totalizando mais de 50 pessoas (IÇARA, 2018). Chegando ao final de 2022, o plano diretor ainda se encontra na situação de Projeto de Lei com reuniões e comissões de acompanhamento do plano.

Tratando do conteúdo, das propostas e das mudanças apresentadas percebe-se que o toda a elaboração do Plano Diretor é consolidada tendo a ideia de desenvolvimento como o seu eixo principal. Alberto Acosta (2016) caracteriza essa ideia como um fantasma que demanda que se acredite nele, o persiga,

mesmo que nunca se possa tocá-lo. Aponta que o desenvolvimento se institucionalizou globalmente em 1949, com o presidente dos Estados Unidos Harry Truman que, em seu discurso inaugural, afirma que mais da metade da população mundial vive em áreas subdesenvolvidas. Ao tratar sobre o discurso de Truman, Sachs (2019) pontua que esse foi o ponto de abertura para a era do desenvolvimento, transformando essa ideia, como disserta Acosta (2016), em uma meta a ser alcançada, uma exigência global pautada no modelo de sociedade norte-americano.

Sachs (2019) considera quatro aspectos para a constituição do termo. O primeiro deles se baseia no aspecto linear do tempo, onde todos os países devem se mover em uma mesma direção. O segundo delega as nações consideradas como desenvolvidas a tarefa de liderar esse caminho. O terceiro mede o desenvolvimento das nações com base no crescimento econômico. E o quarto define os especialistas, bancos multinacionais e as corporações como os atores principais dessa busca.

A consequência desse mandato ideológico (ACOSTA, 2016) é a subordinação e submissão dos países determinados como subdesenvolvidos a políticas, instrumentos e indicadores impostos pelos países desenvolvidos. O autor reitera que esse processo de submissão conduz a uma lógica em que tudo é tolerável para o alcance da meta, seja a devastação ambiental, social, negação das raízes históricas e culturais.

Ao tratar sobre a constituição do município de Içara no primeiro capítulo apresentei alguns resultados dessa busca pelo desenvolvimento na região. Falo da exploração de carvão que levou a degradação ambiental. Fica clara essa situação na fala de Celso Salustiano Cabreira, nascido em Esplanada no ano de 1911 em entrevista dada a Fernandes (2022):

No rio Urussanga e na barra do Torneiro havia uns 20 ou 30 pescadores mais ou menos profissionais, entre outros pescadores que vinham de fora, nas épocas de pescarias. Os peixes eram abundantes: miraguaia, bagres, savelha, tainha, tudo que era peixe. Mas tudo acabou quando entrou a poluição das minas de carvão. (FERNANDES, 2022, p.334).

E mesmo após esse processo de degradação ambiental, a ideia do desenvolvimento e a lógica do “vale-tudo”, como aponta Acosta (2016), não retrocedeu. Como apresentado no capítulo introdutório, o Plano de

Desenvolvimento AMREC (2021), considera a mina de carvão como uma potencialidade do município. Durante a elaboração do novo Plano Direto, a Câmara de Vereadores publicou as 33 emendas apresentadas ao Poder Legislativo. Destaca-se, entre elas, a exclusão de Zonas Especiais de Interesse Ambiental sob a justificativa de que o município já cumpre as metas estabelecidas de preservação ambiental paralelo ao estabelecimento de quatro Zonas Industriais situadas na BR-101 e Via Rápida (CÂMARA, 2022).

Acontece que o processo de industrialização do município e o crescimento do desenvolvimento econômico não necessariamente estão associados à melhoria na qualidade de vida das pessoas que permeiam o cotidiano dessa cidade. Exemplo disso é a situação vivida por Gaúcho, uma das pessoas em situação de rua com a qual cruzei em uma das minhas caminhadas pela cidade.

No dia 15 de agosto, havia saído para caminhar após as 21 horas, a fim de ver quem frequenta o espaço da praça durante a noite. Conforme caminho pela praça sou abordado por um jovem, que posteriormente se apresenta a mim como Gaúcho. Ele pergunta onde há uma torneira para tomar água. Pedi para que ele me acompanhasse. No caminho, ele me relata que veio do Rio Grande do Sul, trabalhava em Criciúma, na roça, até três semanas atrás, quando ficou desempregado e passou a estar em situação de rua. Disse que não tem parentes por perto, apenas a mãe que mora num bairro em Criciúma, mas não quer “dar o braço a torcer” e voltar para casa depois de ter saído.

A situação de Gaúcho vai ao encontro com os dados apresentados por Sicari e Zanella (2018). Ao fazer uma Revisão Sistemática sobre os estudos acerca de pessoas em situação de rua, as autoras concluíram que, dentre as justificativas que ocasionam a situação de rua, estão o desemprego e a fragilidade nos vínculos, principalmente em sujeitos do sexo masculino.

Ao dissertar sobre a população em situação de rua, Galvani (2008) alerta para o fato de que, apesar desta população estar submetida a condições sociais semelhantes, ela não deve ser vista como uma massa homogênea, já que foram para rua por motivos específicos e estão na rua em situações diferentes. No caso de Gaúcho, o que o leva a estar nessa situação é o desemprego. Ademais, aponta para a importância de “reconhecer a capacidade das pessoas em pensar seus próprios projetos” (GALVANI, p.142) e evitar uma

aproximação assistencialista, já que esses sujeitos elegem suas próprias prioridades.

É nesse sentido que o caso de Gaúcho nos auxilia a ampliar o olhar sobre o ambiente urbano. Por mais que Gaúcho e as outras pessoas em situação de rua já apresentadas no texto (como aqueles que ocupam o espaço em frente à igreja) não sejam incluídas no planejamento urbano, sua astúcia (CERTEAU, 1998) os coloca como sujeitos que fazem a cidade.

#### **4.1 Fazendo a cidade entre os muros e as praças**

No contexto de Içara, esse fazer-cidade fica claro nas paredes dos viadutos e muros, assim como nas praças da cidade. Trato aqui dos grafites e pichações expostas em diferentes partes da área central. Essas manifestações artísticas por vezes fazem uso de elementos da história do município, ora com permissão do poder público, ora de maneira subversiva. É nesse contexto que se faz a distinção aqui entre grafite e pichação.

Ambos são considerados manifestações populares contemporâneas expressivas e, na maioria das vezes, não planejadas, mas na prática há uma distinção sobre como essas manifestações são aceitas ou não em determinado espaço. Nesse sentido, o grafite vem ganhando cada vez mais espaço, sendo associado à arte, enquanto a pichação é comumente marginalizada e associada a atividades criminais. Tem-se, então, uma manifestação artística autorizada pelo poder público e uma não autorizada e o que faria a diferenciação entre essas duas formas de manifestação é a aceitação ou não pelo proprietário e/ou poder público (GOHL; FORT, 2016).

No centro de Içara, houve três locais com a permissão do poder público para manifestações artísticas dentro dos modelos citados. O primeiro local a ser inaugurado já com os grafites expostos é o Viaduto Ângelo Giassi, obra realizada no intuito de facilitar o acesso de bairros periféricos ao centro da cidade.

Imagem 16 - Grafite Viaduto Giassi Parede Oeste



Fonte: Acervo do autor.

Apesar da dominação que o poder público exerce sobre a narrativa da cidade, pautada em uma indústria que exporta mais de 75% de seus produtos para fora do país e pouco retorna a população local, tem-se novamente a “astúcia” que Certeau (1998) aponta. Na imagem 16, quem segura a lata de tinta que pinta as paredes da cidade não é uma figura de autoridade, mas a imagem do pichador. Novamente, o caso de um sujeito marginalizado e criminalizado que faz uso do espaço cedido pelo poder público para a transmissão de uma outra mensagem.

Imagem 17 - Grafite Viaduto Giassi Parede Leste



Fonte: Acervo do autor.

Evidente nas paredes do viaduto a representação do mel por meio das abelhas e das variadas tonalidades de amarelo. Retoma-se aquilo que foi descrito no primeiro capítulo sobre a adesão do município a estratégias de *city-marketing* e a transformação de Içara em uma “cidade-modelo”. Sánchez (2001) aponta que esse movimento de planejamento urbano precisa da participação dos cidadãos que culmina no que a autora nomeia de “patriotismo urbano”, sendo esse o aspecto ideológico do caráter regulador do governo da cidade.

É desta forma que o *city-marketing* opera no interior das cidades. Se, por um lado (o lado de fora), ele busca atrair investidores, pelo outro (lado de dentro) promove a coesão social por meio de projetos de comunicação que através da mídia constroem determinadas leituras da cidade (SÁNCHEZ, 2001). Como aparenta o caso de Içara, essa comunicação não ocorre apenas pelos meios de comunicação e informação, mas também nas próprias paredes do município que passam a carregar uma mensagem ditada pelo poder público.

Esse movimento leva à construção de um projeto de cidade que aparenta ser resultado da participação popular e de um esforço coletivo, mas, como define a Sánchez (2001, p.42), “encobre práticas autoritárias e tecnocráticas nas definições das políticas, com escassas possibilidades de influência da sociedade civil.”

Outro espaço que teve seus muros disponibilizados para a prática do grafite foi a Escola de Educação Básica Salete Scotti dos Santos, localizada ao lado da Praça da Matriz. Apesar da permissão, após anos de exposição os muros foram novamente pintados, restando apenas uma abelha, agora pichada, em uma das laterais.

Imagem 18 - Pichação no Muro da Escola Slate Scotti dos Santos



Fonte: Acervo do autor.

Ao estabelecer um diálogo entre a arte e a cidade, Gorczewski, Albuquerque e Lima (2021) apontam que em momentos extremos as expressões artísticas ganham a dimensão de “guerrilha sensível”, mobilizando e acolhendo a condição humana. Nesse sentido, apontam que reaver a cidade é também reaver a política, pois (p.43) “quando nos omitimos do comprometimento estético e social, portanto político, com as cidades que coabitamos, liberamos a sua exploração para o modelo desenvolvimentista[...].”

Um dos espaços utilizados para passar uma mensagem outra, não autorizada pelo poder público, é a pista de *skate* localizada no Módulo Esportivo de Içara. As manifestações populares contemporâneas, como caracteriza Gohl e Fort (2016) neste local normalmente se dão por meio das *tags* e trazem linguagens ou imagens subversivas.

Imagem 19 - Tags no Módulo Esportivo



Fonte: Acervo do autor.

A imagem 19 apresenta uma série de manifestações estéticas que apresentam origens diferentes. Pereira (2010) ao tratar sobre a pixação em São Paulo aponta que essa tem uma característica específica e um formato “bastante peculiar”: traços retos e angulosos. Esses traços podem ser percebidos na parte inferior da imagem, estilizados com tinta branca. Além disso é possível observar o estilo norte americano de pixação, a *tag*, com formato mais arredondado, lembrando muitas vezes uma rubrica (PEREIRA, 2010).

Além de apresentar as *tags* apontam aquilo que Albuquerque e Lima (2021) apontam como a dimensão de “guerrilha sensível”. Ao centro da imagem pode-se observar uma suástica cortada por um X. Pereira (2017) aponta que muitos pichadores afirmam protestar por meio da pixação, assim essa ganha um caráter contestatório.

Imagem 20 - Suástica cortada



Fonte: Acervo do autor.

A opção por pichar nas áreas centrais da cidade não se dá por mera conveniência. Pereira (2017) aponta que a pixação é uma forma de marcar o nome de um grupo ou de um pichador específico em determinado local. O autor ainda retrata que os centros urbanos normalmente são locais estratégicos para pichação por serem um ponto de convergência. É neste local que os pichadores da periferia se encontram e é o local onde se ganha mais visibilidade.

Imagem 21 - "Uma merda"



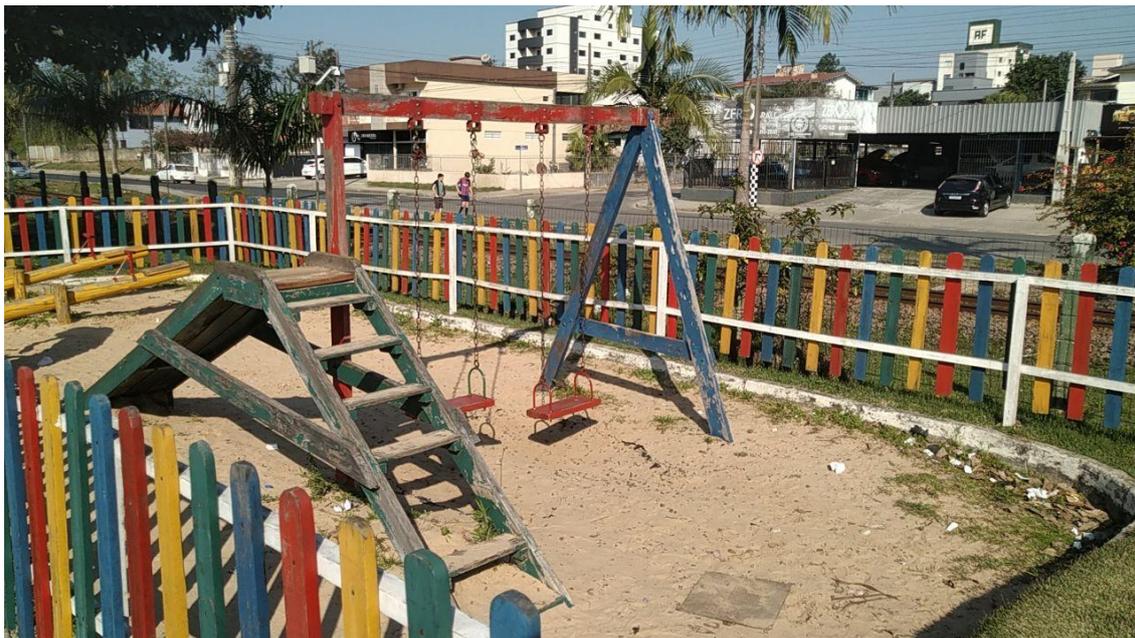
Fonte: Acervo do autor.

Nesse sentido, a cidade é vista também como um terreno de ação política, onde movimentos sociais e formas de resistência se manifestam no espaço público. Para além desses movimentos com protagonismo claramente demarcados, há a participação de indivíduos anônimos que marcam e tensionam a cidade levando a impulsos disruptivos simbólicos e estéticos que com a criatividade, entendendo-a como uma prática político-estética e discursiva, levam a inúmeras formas de subversão (CAMPOS; JÚNIOR; MEIRINHO, 2021).

Retoma-se aqui a noção de “práticas espaciais insurgentes” que contrapõem à visão hegemônica sobre a cidade e propõem reflexões sobre formas de articulações na construção da cidade. Reitera-se que essas práticas surgem de fissuras do próprio discurso do projeto hegemônico (PEREIRA, 2017).

O terceiro espaço destinado ao grafite é a Praça da Juventude, localizada ao lado dos trilhos do trem e da SC-445. A praça conta com diversos equipamentos, desde academia ao ar livre à pista de *skate*, e após sua inauguração em 2014 já passou por algumas mudanças. Destaca-se o papel que essa praça tem para aqueles que estão inclusive em seu nome (juventude). A praça é um ponto de encontro de jovens nos mais distintos horários do dia, revelando também a articulação entre tempo e espaço (CARLOS, 2017) discutida anteriormente. Durante o dia a praça é utilizada por pais e crianças que brincam no parque, ou grupos de adolescentes e jovens que fazem uso das quadras disponíveis para atividades esportivas.

Imagem 22 - Espaço destinado a atividade infantil



Fonte: Acervo do autor.

Imagem 23 - Vista parcial da quadra de basquete e da pista de skate



Fonte: Acervo do autor.

Para além de um espaço de lazer e atividades recreativas a Praça da Juventude é também um espaço de disputa. Isso fica evidente no processo de apropriação pelo espaço que acontece no dia-a-dia. Um processo que só pude perceber após ir repetidas vezes à praça. Falo aqui da ressignificação do espaço

pelos próprios usuários. Quando o poder público deixou de fazer a manutenção das quadras de basquete e os equipamentos foram deteriorando, os frequentadores trataram de dar um outro significado a esse espaço.

Imagem 24 - Antiga quadra de basquete



Fonte: acervo do autor.

Imagem 25 - Obstáculos improvisados



Fonte: Acervo do autor.

As tabelas que antes eram o alvo da bola passaram a ser rampas para as bicicletas. Os blocos da calçada que se soltaram se tornaram suportes. O corrimão de outro aparelho se tornou mais um obstáculo para se andar de *skate*.

Ao tratar sobre o espaço urbano, Agier (2011) recorre a Bauman (2001) e o seu conceito de modernidade líquida para explicar as alterações no espaço urbano. Bauman (2001) utiliza a metáfora da liquidez para definir o mundo globalizado. A liquidez, a fluidez, o movimento e a imprevisibilidade seriam as características principais de uma sociedade que não está mais estruturada na solidez das fábricas. Essa liquidez, por sua vez, não afeta apenas o mundo do trabalho, já que não é mais possível passar a vida trabalhando em uma empresa, mas desorganiza todas as esferas da vida social.

Ao aplicar este conceito ao espaço urbano Agier (2011) remete à velocidade com a qual edifícios são construídos, destruídos e mudados. As mudanças na praça se encaixam aqui, numa fluidez que segue o ritmo do grupo que ocupa o espaço em determinado momento.

Característica marcante desse processo é a presença ou ausência de policiamento na praça. Quando o poder público resolve tomar controle do local há um aumento no número de policiais e no tempo que eles permanecem no local. Esses policiais, por sua vez, passam a revistar e questionar os jovens que ocupam a praça, principalmente durante o período noturno, levando a uma diminuição de fluxo desses mesmos jovens por um certo período, até que a polícia não esteja mais tão presente.

Ao tratarem sobre a relação entre a urbanização, técnicas de militarização e mecanismo de policiamentos Garcia e Costa (2018) apontam que se instaurou nas últimas décadas um ambiente social marcado pelo medo onde características relacionadas a eventos específicos passam a ser incorporadas ao cotidiano da população, justificando o uso de mecanismos de controle para combater uma “ameaça” e garantir a segurança. Conforme os autores complementam, esses aparatos para controlar a vida e o cotidiano das cidades amplifica e reproduz a lógica do medo e a necessidade de difundir estes mecanismos de controle.

Ao tratar sobre o policiamento no Brasil os autores reiteram que a instituição opera de forma excludente e seletiva e que tem sido utilizada nos períodos de insegurança e medo como um instrumento para o combate a

insegurança pública. Concluem que as políticas de segurança pública operam ineficazmente, reproduzindo uma lógica de inclusão e exclusão social (GARCIA e COSTA, 2018).

Para além da disputa com o poder público, há também a disputa entre os diversos grupos que frequentam o mesmo local. Na noite que acompanhava Gaúcho em direção as torneiras de água que ficavam na praça passamos, na entrada, por um grupo de adolescentes que saía da praça falando “Vamos ter que ir para outro lugar, hoje não dá para ficar aqui”. Curioso para entender o motivo comecei a prestar mais atenção na praça, tentando identificar o que havia levado o grupo de jovens a se deslocar para outro lugar. Acontece que a praça se mantinha da forma que nas últimas noites que eu havia caminhado por ali, a não ser pela presença de um grupo de homens adultos sentados em roda no bar próximo da praça.

São nesses movimentos, na interação de determinados grupos com o poder público, com outros grupos ou com o próprio ambiente urbano, muitas vezes sutis, que o fazer cidade acontece. As diferentes formas de sociabilidade que constituem as relações sociais, o laço cultural entre as pessoas e o laço político que une determinados coletivos e movimentos (AGIER, 2011; 2015).

Ao ser questionado sobre a diferença entre as práticas cotidianas de ocupação do espaço no Norte e na América Latina, Agier (2011) ressalta a importância de espaços intermediários, espaços comuns que não são privados, mas também não são completamente estranhos, necessários para o momento de liberdade e inventividade. Fala-se de um espaço de criação, liberdade e ritual onde os aspectos urbanos, artísticos e políticos correspondem a ocupação urbana, instalação artística e manifestação política oriundas de microexperiências e acontecimentos locais.

Percebe-se também que o direito à cidade não está necessariamente ligado à sua cristalização legal e que, mesmo que isso ocorra, não há garantia de que ele será sustentado. O discurso do desenvolvimento e os interesses do capital detém o poder de instrumentalizar esses direitos a seu favor, os integrando em sua manutenção.

Mas isso também não exige a possibilidade de sujeitos fazerem uso de estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) se apropriarem e ressignificarem a

cidade à sua maneira, se colocando como atores ativos no processo de urbanização, mesmo que não reconhecidos pelo poder público.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de compreender a construção do espaço urbano no Centro de Içara-SC pude perceber os modos de fazer-cidade dos atores sociais invisibilizados na construção do centro urbano de Içara/SC apresentando as táticas e estratégias (CERTEAU, 1998) de sujeitos cotidianos que transitam por essa região. Nesse sentido caracterizo o fazer-cidade, olhando para o espaço urbano não apenas como um espaço de passagem, mas também como um espaço de ação política em que aspectos históricos, sociais, estéticos e simbólicos constituem interações complexas entre atores hegemônicos e invisibilizados.

Para tanto se dividiu nas três temáticas que, a partir dos objetivos elencados inicialmente, estruturaram a escrita do trabalho.

A trajetória histórica apresentada no primeiro capítulo mostra que a cidade está em permanente construção a partir do movimento desses grupos. Fica claro, também, que determinados grupos possuem mais influência e impacto na reordenação do espaço urbano do que outros. Isso, por sua vez, toma espaço na literatura sobre a cidade e acaba deixando esses grupos outros fora da história contada sobre esse processo de transformação (SILVA, 1993; FERNANDES, 2006).

Para tanto, busquei apresentar a contribuição da população indígena por meio dos conhecimentos do cultivo e da pesca, o que influenciou não só o aspecto econômico, mas também o aspecto cultural (FERNANDES, 2022). Seguindo a mesma ideia abordei a participação da população negra que, apesar de sua grande influência, fica invisibilizada (SILVA, 1993) frente a lógica do discurso colonizador, que joga luz sobre os imigrantes e os aponta como heróis da terra (PAVEI, 2011). Destaca-se, nesse primeiro momento quatro setores que compõe o poder hegemônico do município, a agricultura, a mineração, a igreja católica e a indústria.

Outra contribuição suscitada pelo capítulo e que posteriormente passa a ser exposta em outros pontos da dissertação é o fio condutor que está presente no processo de transformação. Começando inicialmente com a ideia de progresso a partir da instalação dos trilhos de trem (FERNANDES, 2006) que, com a emancipação do município, desemboca no ideário do desenvolvimento

(SACHS, 2011; ACOSTA, 2016), atingindo as duas últimas décadas (LOPES *et al.*, 2021). A transformação suscitada no capítulo é a de uma localidade agroexportadora que, nos últimos anos, passa a ser industrializada. Percebeu-se que, para promover esse processo de industrialização, o município se apoiou nas estratégias de comunicação de *city-marketing* (SÁNCHEZ, 1999; SÁNCHEZ, 2001).

Foi buscando identificar no cotidiano do centro da cidade os atores sociais invisibilizados por esses poderes hegemônicos agora identificados que passei a abordar a ideia de cotidiano. A partir do processo caminharório (CERTEAU, 1998), pude imergir no dia a dia da cidade e ter um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Partindo de Lefebvre (2011), estabeleci o conceito de cotidiano e cotidiano alienante, mas foi a partir de Certeau (1998) que pude apresentar as “astúcias” e os movimentos populares que jogam com essa “disciplina”.

Os relatos da festa de São Donato foram essenciais para mostrar esses processos e mostrar que mesmo os atores sociais que têm seus conflitos invisibilizados pelo poder público, ainda fazem uso dos espaços que conquistam para mostrar sua rebeldia. Reitero que esses movimentos acontecem numa complexa articulação entre espaço e tempo (CARLOS, 2017) que desemboca em uma prática socioespacial. Os conceitos de estratégias e táticas (CERTEAU, 1998) auxiliaram a demonstrar esses movimentos que apontam as agências de diferentes sujeitos sobre sua própria vida.

É no terceiro capítulo que retomei a discussão do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014) apresentada na introdução, traçando uma linha de discussão até o fazer-cidade (AGIER, 2011, 2015). Amparando a discussão desse conceito, utilizo o desenvolvimento do Plano Diretor de Içara que, por mais que esteja pautado pelo Estatuto da Cidade, passando a ser entendido como um instrumento ligado ao ordenamento das relações sociais que se dão sobre o espaço urbano (REZENDE; ULTAMARI, 2007), não é o suficiente para garantir o direito à cidade. Reitero, então, que a garantia desse direito não está sendo possibilitada pelo desenvolvimento de leis, mas ao mesmo tempo isso não impede que os diversos grupos sociais, que não são incluídos na construção desse plano (imigrantes, pessoas em situação de rua), façam

movimentos que também os levam a construir esse espaço urbano, moldá-lo de diferentes formas.

É a partir desses movimentos que passo a analisar a constituição do espaço público a partir do fazer-cidade dos sujeitos que vivem nesse espaço. A começar pela busca de Gaúcho por um local em que possa tomar água, aos movimentos artísticos, criminalizados ou não, que imprimem as paredes e muros da cidade. Falo aqui do grafite e da pixação enquanto movimento artístico urbano que permite atores marginalizados deixarem sua marca na cidade.

Atenta-se para o fato de que essa pesquisa esbarra em algumas limitações. A começar pelo fato de que ao pesquisar o cotidiano falo de um ponto específico, o meu olhar enquanto pesquisador, assim as informações apresentadas são limitadas ao que pude observar e ouvir nos diferentes dias e períodos pelos quais caminhei pela cidade.

Outra limitação se dá na abrangência do campo, ao delimitar um espaço (o centro de Içara) e não um grupo específico de sujeitos me deparei com uma série de temas que também tem sua própria complexidade (imigração, racialização, gênero, etc.) mas que neste trabalho não foram aprofundados. Além dos mencionados acima, outra população que requer destaque é a cigana, que está presente no município de Içara a muitos anos. Nesse contexto enfatizo a necessidade de pesquisas futuras que trabalhem junto destes grupos para abordarem esses temas em sua complexidade e profundidade.

É no sentido de reconhecer seus esforços, mas sem romantizá-los que apresentei nesse trabalho situações cotidianas de atores sociais que não compõe o poder hegemônico. Casos como a dança na festa de São Donato, os imigrantes no bar ou a história de Gaúcho mostram que, por mais que não haja reconhecimento por parte do poder público, ou mesmo um processo de escuta que permita esses sujeitos participarem do planejamento idealizado pelo plano diretor, eles fazem a cidade a sua maneira. Nos movimentos da dança, no seu caminhar ou na conversa de bar, ocupam espaços e dão novos sentidos a eles.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. Rio de Janeiro: **Mana**, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>>
- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à Cidade, cidade para todos e estrutura sociocultural urbana. *In*: COSTA, Marco Aurélio; THADEU, Marcos; FAVARÃO, Cesar Burro. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios para sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8380>>.
- AMREC. **Histórico - Histórico - AMREC**. Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Disponível em: <<https://www.amrec.com.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/59316>>.
- ARAÚJO, Hellen Nicácio; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. Michel de Certeau e as microressistências do herói comum: uma possibilidade de compreender o cotidiano no direito a partir do murmúrio da sociedade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 4, p. 569–590, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rdc.2019.39569>>.
- AZEVEDO, Tadiana Andruchak. Os desafios em elaborar e executar um Plano Diretor Participativo. Barra do Bugres: **Zeiki**, v. 2, n. 1, p. 124–134, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.30681/zeiki.v2i1.5371>>.
- BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, v. 28, n. 84, p. 133–144, 2002.
- BASSUL, José Roberto. Estatuto da Cidade: a construção de uma lei. **O Estatuto da Cidade: comentado**, p. 71-90, 2010.
- BATTAUS, Danila M. de Alencar ; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O DIREITO À CIDADE: URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE E A POLÍTICA URBANA BRASILEIRA. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 97, p. 81–106, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/N797qBC5Rcb9PLxKfZZWMMx/abstract/?lang=pt>>
- .
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões Sobre Como Fazer Trabalho de Campo. Goiânia: **Sociedade e Cultura**, v.10, nº1, 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719> >.

BRANDÃO, Ludmila. Da Cidade Moderna Às Contemporâneas: notas para uma crítica do urbanismo modernista. Cuiabá: **Territórios & Fronteiras**, vol.7, n.1, 2004, p. 247-271. Disponível em: < <http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/316> >.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ed.3, 2008.

CÂMARA Municipal de Içara. Plano Diretor. **Câmara Municipal de Içara**, Içara, 2022. Disponível em: < <https://www.camaraicara.sc.gov.br/plano-diretor> >.

CAMPOS, Ricardo; JÚNIOR, José Luís Abalos; MEIRINHO, Daniel. Olhares cruzados sobre arte, imagem e resistências urbanas. **ILUMINURAS**, v. 22, n. 56, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.22456/1984-1191.115991> >.

CAMPOS, Ricardo Marnoto de Oliveira. Juventude e Culturas de Rua Híbridas. Rio de Janeiro: **Sociol. Antropol.**, v.10, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10211>> Acesso em: 03 de outubro de 2022.

CÂNDIDO, Simone Luiz. Conheça o Movimento de Consciência Negra Chico Rosa. **Canal Içara**, Içara, 21 de novembro de 2021. Disponível em: < <https://www.canalicara.com/cotidiano/simone-candido-conheca-o-movimento-de-consciencia-negra-chico-rosa-48897.html> > Acesso em: 10 de maio de 2022.

CANUTO, Frederico; CARVALHO, Nina Lavezzo. Geometrias Inversas: Inverfaces entre estratégias e táticas nas manifestações nas cidades. São Paulo: **XVII ENANPUR**, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38796/2/Geometrias%20Inversas%20-%20CANUTO.pdf>> Acesso em: 03 de outubro de 2022.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: FFLCH,/USP, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. São Paulo: **Revista Cidades**, v.9, n.16, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 3ª Edição, 1998.

COLLIER, John. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA., 1973.

DAGOSTIM, Altamiro Domingos. **A briga pelo Santo: religião e partidarismo político em Içara**. Monografia (Especialização em História) - Curso de pós-graduação da Fundação Educacional de Criciúma-FUCRI/UNESC. Criciúma, SC: FUCRI, 1993. 51 p.

DIAS, Leila Christina. Rede Geográfica. Niterói: **GEOgraphio**, v.22, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i49.a47614> >.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA SALETE SCOTTI DOS SANTOS. Cidade de Içara – SC: Déc. De 1960 a 1980. *In*: Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação. **Escola de Educação Básica Professora Salete Scotti dos Santos**: Documentos disponibilizados – v.1. Criciúma: GRUPEHME, 2010.

FERNANDES, Elza de Mello. **As Dobras do Tempo**: história e memórias de nossa terra e nossa gente. Blumenau: AmoLer Editora, 2022.

FERNANDES, Elza de Mello. O Município de Içara: nossa terra nossa gente. Criciúma: ed. do autor, 2006

FERNANDES, Elza de Mello. Município de Içara. **Câmara Municipal de Içara**. Içara, 2021. Disponível em: < <https://www.camaraicara.sc.gov.br/historia/municipio-de-icara-1#:~:text=No%20dia%2020%20de%20dezembro,logo%20%C3%A7ara%2C%20terra%20das%20palmeiras> >.

FLORES, Joaquín Herrera. Os Direitos humanos no Contexto da globalização: três precisões conceituais. Cap.: 3. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. **Lugar Comum** - estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10419/121580> >.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Déficit Habitacional no brasil – 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/relatorios-deficit-e-inadeguacao-habitacional-no-brasil-fundacao-joao-pinheiro> >.

GARCIA, Tamires de Oliveira; COSTA, Renata Almeida da. Segurança, Risco E Guerra Na Cidade: Uma Relação Entre Urbanização, Técnicas de Militarização E Mecanismos de Policiamento. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 4, n. 1, p. 114–130, 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2018.v4i1.4443> >.

GALVANI, Debora. **Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo**: itinerários e estratégias na construção de redes e identidades. 2008.

Dissertação (Mestrado em Movimento, Postura e Ação Humana) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-01062009-110911/en.php> >.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, ed.5, 2017.

GOHL, Fernando César; FORT, Mônica Cristine. Conflitos urbanos: grafite e pichação em confronto devido à legislação repressiva. **Logos**, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em < <https://doi.org/10.12957/logos.2016.17412> >

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 8ªed. **qualitativa em Ciências Sociais** - Rio de Janeiro: Record, 8ªed., 2004.

GOMES, Cezar de Oliveira; FORTIN, Eleonora Jotz Pacheco. A Sombra da Colonialidade no Processo de Desumanização dos Povos Indígenas e das Comunidades Remanescentes de Quilombos por Parte do Estado Brasileiro. Florianópolis: **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v.7, n.1, p. 75-96, 2021. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0022/2021.v7i1.7693> >.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa; SILVA, Valdenildo Pedro. Política Habitacional e Urbanização no Brasil. Barcelona: **Scripta Nova**, v. VII, n.146, 2003. Disponível em: < [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(083).htm) >.

GONÇALVES, Teresinha Maria; MENDONÇA, Francisco de Assis. Impactos, Riscos e Vulnerabilidade Socioambientais da Produção do Carvão em Criciúma (Brasil). **Ra'Ega**, v.14, 2007, p.55-65. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/8276/9094> >.

GORCZEVSKI, Deisimer; ALBUQUERQUE, Aline Mourão; LIMA, João Miguel Diógenes de Araújo. Artes de Intervenção, Inventar Cidades. **ILUMINURAS**, v. 22, n. 56, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.22456/1984-1191.112374> >.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e a Formação do Complexo Carbonífero. In: *XXI JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA*, 2008, Buenos Aires. **Anais Eletrônicos** [...] Buenos Aires: Caseros, 2008. Disponível em: < <http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar> >.

GREGÓRIO, Maycow Nathan; GIORGIANO, Isabela. Contribuições Teóricas-metodológicas de Michel de Certeau Acerca do Esquema Polemológico Para Análise Sócio-espacial das Práticas Cotidianas. Brasília: **Paranoá**, v.1, n.33, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.20> >.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IÇARA. **Lei Nº 842, de 02 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre o zoneamento e a adequação do uso às zonas. Içara: Câmara Municipal, 1991. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-icara-sc> >.

IÇARA. **Projeto de Lei Complementar Nº PE/4/18, de 28 de março de 2018**. Dispõe sobre as diretrizes gerais da política urbana e sobre o plano diretor de desenvolvimento integrado do município de Içara ou plano diretor e dá outras providências. Içara: Câmara Municipal, 2018. Disponível em: < <https://www.camaraicara.sc.gov.br/documento/projeto-lei-complementar-plcpe-no-4-2018-15027> >.

IÇARA vive um novo momento econômico. **Gazeta**, Içara, 13 de janeiro 2019. Editorial de Economia. Disponível em: < <http://gazetasc.com.br/2019/01/13/icara-vive-um-novo-momento-economico/> >. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação Com Data de Referência em 1º de Julho de 2020**. IBGE, 2020. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> >.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Içara**. IBGE, 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/icara.html> >.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Içara – casa do agente ferroviário**. IPHAN, 2010. Disponível em: < <https://www.ipatrimonio.org/icara-casa-do-agente-ferroviario> >.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. Cap.4. In.: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, ed. 7, 2008.

KANT, Immanuel. Resposta a pergunta o que é iluminismo? In: PECORARO, R. (ORG.). **Os filósofos – clássicos da filosofia vol.II, de Kant a Popper**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUCRio, 2008

KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464–480, 2020. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579> >.

LAUREANO, Sônia Horácio. Içara - um resgate cultural. Criciúma, SC: Do autor, 2000. 43 p. Monografia ( Especialização em ensino da Arte) - Universidade do Extremo Sul catarinense, 2000.

LE BRETON, David. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Lucas. Içara é denominada por lei capital catarinense do mel. **Canal Içara**, 2017. Disponível em: <<https://www.canalicara.com/politica/icara-e-denominada-por-lei-capital-catarinense-do-mel-36979.html>>.

LEMOS, Lucas. Manifestação Atinge 1,1 mil confirmações. **Canal Içara**, 2015. Disponível em: <<https://www.canalicara.com/seguranca/manifestacao-atinge-11-mil-confirmacoes-26971.html>>. Acesso em: 08 de março de 2022.

LEMOS, Lucas. Manifestação estudantil cresce em Içara. **Canal Içara**, 2013. Disponível em: <<https://www.canalicara.com/cotidiano/manifestacao-estudantil-cresce-em-icara-18335.html>>. Acesso em: 08 de março de 2022.

LEMOS, Lucas. Empresas de Içara Aparecem em Ranking de Melhores Ambientes Para Trabalhar em SC. **Canal Içara**, Içara, 18 de dezembro 2020. Economia. Disponível em: <<https://www.canalicara.com/economia/empresas-de-icara-aparecem-em-ranking-de-melhores-ambientes-para-trabalhar-em-sc-46424.html>>.

LIMAS, Andreia. Por que Içara Virou Referência Econômica no Sul? **Canal Içara**, Içara, 08 de setembro 2021. Economia. Disponível em: <<https://www.canalicara.com/economia/andreia-limas-por-que-icara-virou-referencia-economica-no-sul-48257.html>>.

LUIZ, Isabella Ferreira. Negacionismo em rede: a negação da escravidão e da ditadura militar no Brasil ganhou a internet. *In*: XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR) – “O Futuro do Futuro do Ensino de História”, II Encontro do ProfHistória – UEM e XXIV Semana de História – DHI/UEM, 2020, Maringá **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <<https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/anais/divisao/trabalhosaprovados>>.

LOPES, Flávio Renato de Aguiar. Iluminismo ou Iluminismos? Paraná: **Revista Vernáculo**, nº27, ed.1, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/31092>>.

LOPES, Gisele Silveira Coelho; *et al.* **Plano de Desenvolvimento AMREC: 2021-2030: nosso futuro pensando em conjunto**. Criciúma: UNESC, 2021. Disponível em <<https://pdseamrec.unesc.net>>.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;

LACED/Museu Nacional, 2006. Livro Digital. Disponível em: < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio\\_brasileiro.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf) >.

MAGNANI, José Guilherme Cantos. De Perto e De Dentro: notas para uma etnografia urbana. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, nº49, 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002> >.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 151–166, 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013> >.

MARQUES, Soraia Maria. **O impacto da duplicação da rodovia BR-101/SC – análise comparativa das microrregiões de Joinville e de Criciúma**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158490> >

MENDES, Luana Wassileski. Um novo mundo: alterações espaciais e imaginário social na instalação da ferrovia em Içara. Criciúma, SC: UNESC, 2005. [25 f.]

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363–363, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363> >

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, ed.26, 2007

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 4ªed., 1998.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETO, Bonifácio Espindola. **Içara: sua história e “estórias”**. Içara: Ed. do autor, 2019.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. A Passagem Interna da Modernidade para a Pós-modernidade. **Psicologia Ciência e Profissão**, n.24, v.1, 2004. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100010> >.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Leituras Sobre o Cotidiano, a Cotidianidade e a Centralidade do Estudo da Cotidiana na Reprodução do Urbano. Recife: **Revista Rural & Urbano**, v. 02, n. 02, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/viewFile/241047/32079>>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

NUERNBERG, Adamir. **Diagnóstico socioeconômico de Içara**. Criciúma: Unesc, 2001.

OECD. **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**. OECD. Disponível em: <https://www.oecd.org/social/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility-9789264301085-en.htm>>. Acesso em: 30 Dec. 2022.

OLIVEIRA, Adriel Seródio de; CARVALHO, Acelino Rodrigues de. A Desigualdade Racial do Brasil: o racismo estrutural e o determinismo social. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v.4, n.5, 2017. Disponível em: < <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/2242> >.

OURIQUES, Helton Ricardo. O Urbano Como Libertação - uma leitura sobre Lefebvre. São Paulo: **Revista Formação**, n.13, v.2, 2006. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/624>>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

PAVEI, Maria de Fátima Silveira. **Além dos trilhos do trem: 1961-2011 : 50 anos de emancipação política de Içara**. Içara, SC: Ed. do Autor, 2011. 323 p.

PEREIRA, Celia Maria Rodrigues Costa. Diversidade Cultural Como Um Direito Humano: desafio para a contemporaneidade. Bauru: **RIDH**, v.4, n.1, 2016. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/318>>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

PEREIRA, Elson Manoel. **Práticas espaciais insurgentes em florianópolis: conteúdos e níveis de insurgência desiguais**. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: < <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78715>>.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 143–162, 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100007> >.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. Recife: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 235–235, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p235> >.

PERSON, Elisângela. **Espaços de permanência e passagem: contribuição para a elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5147> >.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano Diretor e Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, ed.2, 2012.

PUJOL, F. da S.; CORRÊA COUTINHO, R. P. City Marketing, Aspectos Culturais e Relações Simbólicas na Construção da Imagem-Marca de Cidades. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 45, n. 2, 2019. DOI: 10.22484/2177-5788.2019v45n2p359-371. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/3762>>.

RASIA, Gesualda dos Santos. Presença negra no sul do Brasil: as suturas na materialização da memória. **Revista Letras**, [S.l.], v. 105, n. 1, mar. 2023. ISSN 2236-0999. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/86137>>.

REDAÇÃO. Aos 57 anos, Içara se destaca em vários setores da economia. **4OITO**, Içara, 30 dezembro 2018. Economia. Disponível em: <<https://www.4oito.com.br/noticia/aos-57-anos-icara-se-destaca-em-varios-setores-da-economia-9017>>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

REDAÇÃO. Içara: Festival das Etnias celebra a cultura afro na praça São Donato - Variedades. **4oito**, 2022. Disponível em: <<https://www.4oito.com.br/noticia/icara-festival-das-etnias-celebra-a-cultura-afro-na-praca-sao-donato-60057>>. Acesso em: 31 Dec. 2022.

REIS, R. B.; GOMES, L. D.; GOMES, J. D.; HACKENBERG, A. M. The insertion of the highway Via Rápida (SC 446) and the challenges of urban expansion and environmental protection between Içara and Criciúma/SC. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e118922203, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i2.2203. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2203>. Acesso em: 28 mar. 2023.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 255–271, 2007.

ROESE, Adriana; GERHARDT, Tatiana Engel; DE SOUZA, Aline Corrêa; *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online braz. j. nurs. (Online)**, p. 2006. Disponível em: >  
<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-29125>>.

RWABYOMA, Asasira Simon. Cultural diversity, endogenous knowledge systems and learning for African development: multiple views from the South. **Ciência & Trópico**, v.36, n.1, 2013. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/914>>.

SACHS, Wolfgang. *Foreword: The Development Dictionary Revisited*. In.: Kothari, Alshish *et al.* **Pluriverse: a post-development dictionary**. India: Tulika Books, 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Curitiba: **Rev. Sociol. Polít.**, v. 16, p. 31-49, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>>.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. Campinas: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 115-132, 1999. Disponível em: < <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13> >.

SANTOS, Patrício Rinaldo dos; MARCHETTI, Márcio Catharin. Análise do plano diretor participativo de Ibimirim, Pernambuco: ineficiências e desafios. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 10, n. 20, p. 72–86, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.22292/mas.v10i20.952> >.

SANTOS, Reginaldo Souza; *et al.* Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. Rio de Janeiro: **FGV**, v.38, n.1, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26758> >.

SANTOS, Sílvio Coelho. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, ed. 5, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SEBRAE. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina - Içara**. Santa Catarina, 2019. Disponível em < <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Içara%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf> >.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 5ªed., 2020.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 662–679, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017> >.

SILVA, Francisco Giliarde Rodrigues; NETO, Manoel Lemes da Silva. Lugares de Passagem: as estações em campinas. **Anais do XVI Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da PUC-Campinas**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2011. Disponível em: < [https://www.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2013820\\_164849\\_375712854\\_re\\_sxpa.pdf](https://www.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2013820_164849_375712854_re_sxpa.pdf) >.

SILVA, Lilian Marcellino; FERREIRA, Rafael Lopes. Impacto Ambiental Pela Mineração de Carvão no Sul de Santa Catarina. São José do Rio Preto: **Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade UNINTER**, 2017. Disponível em: < <https://cadernosuninter.com/index.php/meioAmbiente/article/view/461> >.

SILVA, Maria de Fátima Braga da. **Cento e vinte e três anos de raça negra no município de Içara**. Monografia (Especialização em História) - Curso de pós-graduação da Fundação Educacional de Criciúma-FUCRI/UNESC. Criciúma, SC: FUCRI, 1993. 52 p.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, p. 577–591, 2015. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010> >.

SOUSA FILHO, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. São Paulo: **Sociabilidades**, v.2, p.129 - 134, 2002.

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: uma trajetória conceitual. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt> >.

TISKI, Sergio. Crítica À Noção de Progresso Do Positivismo Comtiano. Cascavel: **Educere et Educare**, v.12, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.17648/educare.v12i27.18152> >.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Tempo e Espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.1, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100002>>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

UNESCO. Relatório Mundial da UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. 2009. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por)>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad Crítica Y Pedagogía De-Colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13582@1>>. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. São Paulo: **Saúde Sociedade**, v. 25, n.3, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610> >.

ZANELATTO, João Henrique; TRICHÊS, Janete; CAROLA, Carlos Renato. Do golpe militar a instalação 28 GAS: a ditadura militar na capital do carvão. **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 200–221, 2016. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5611863> >.